

2021

Prestação de Contas



ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA	3
1.1 Identificação	3
1.2 Órgãos Sociais	4
1.3 Sumário do Exercício	5
2. ÁREAS DE NEGÓCIO	7
2.1 Abastecimento de Água	7
2.2 Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos	13
3. CLIENTES.....	17
3.1 Caracterização	17
3.2 Evolução.....	18
4. INVESTIMENTOS	19
5. RECURSOS HUMANOS	22
6. SITUAÇÃO ECONÓMICO FINANCEIRA.....	24
6.1 Análise Económica	24
6.2 Rendimentos	25
6.3 Gastos	30
6.4 Indicadores Financeiros	31
6.5 Evolução Previsível.....	32
7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	32
8. NOTAS FINAIS	33
9. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	34

1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

1.1 Identificação

Nordeste Ativo E.M., S.A

Sede Social

Rua Dr. Manuel João da Silveira nº 1-A

9630-142 Nordeste

Pessoa Coletiva

NPC 512088357

Capital Social

50.000,00€

Estrutura Acionista

Câmara Municipal de Nordeste – 100%

Objeto

A gestão e exploração dos sistemas públicos de captação e distribuição de água para consumo público, a recolha, tratamento e rejeição de efluentes, a recolha e deposição de resíduos sólidos urbanos, a higiene pública no concelho do Nordeste; A promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área da cultura, desporto, turismo e atividades recreativas. Em complemento das atividades previstas nos números anteriores, poderá esta Empresa Municipal exercer diretamente ou em colaboração com terceiros, atividades acessórias ou subsidiárias da exploração e gestão, bem como outros ramos de atividade conexos, incluindo a prestação de serviços, que não prejudiquem a prossecução do seu objeto e que tenham em vista a melhor utilização dos seus recursos disponíveis.

1.2 Órgãos Sociais

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente:

Dinis Alberto Pereira Miranda

Secretário:

Fernando Pacheco Arruda

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:

António Miguel Borges Soares

Vogais:

Natália da Conceição Rego Borges

João de Deus Andrade de Sousa

CONSELHO FISCAL

Fiscal único:

Duarte Giesta – SROC, Unipessoal, Lda. – representada por Duarte Félix Tavares Giesta

Fiscal suplente:

Leopoldo Alves & Associados – SROC – representada por Leopoldo de Assunção Alves

1.3 Sumário do Exercício

A Nordeste Ativo E.M., S.A. é uma empresa local, de gestão de serviços de interesse geral, de capitais exclusivamente públicos, de responsabilidade limitada, dotada de personalidade jurídica, de autonomia administrativa, financeira, patrimonial e independência orçamental.

A missão da Nordeste Ativo E.M., S.A. é satisfazer as necessidades de abastecimento de água, de recolha de águas residuais domésticas e resíduos sólidos urbanos da população do Município de Nordeste, num quadro de sustentabilidade económica, financeira e técnica. A visão que a empresa tem, pauta-se pela prestação de um serviço público de qualidade, orientado por princípios de eficácia de gestão, recorrendo às melhores práticas de gestão para garantir um desenvolvimento sustentável, nas suas vertentes social, ambiental e económica.

O serviço de abastecimento de água para consumo humano no Concelho de Nordeste abastece a totalidade da população, com elevados parâmetros de qualidade.

O serviço de saneamento de águas residuais domésticas abrange apenas uma parte de população, motivo pela qual é atualmente gratuito para a população em geral. No entanto está no plano de investimentos da empresa o alargamento da rede de saneamento a todo o concelho, bem como a construção de estações de tratamento.

O serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos abrange a totalidade da população do concelho e é orientado para uma estratégia de separação e reciclagem dos resíduos. Para tal a Nordeste Ativo E.M., S.A. foi pioneira na recolha diferenciada de resíduos porta a porta com o objetivo de alcançar níveis elevados de reciclagem.

O ano de 2021 continuou a ser marcado pela pandemia Covid-19 que continuou a afetar profundamente a atividade económica em 2021, em Portugal e no resto do mundo. Apesar de no ano de 2021 o PIB aumentar em mais de 4%, ainda se encontra em valores bem abaixo do período pré-pandemia, uma vez que a redução em 2020 foi superior a 8%. Para além disso a taxa de inflação aumentou significativamente em 2021, sobretudo a nível da energia e combustíveis, fazendo aumentar os custos para a empresa.

A nível económico foram tomadas várias medidas de apoio à economia e famílias, a nível nacional, regional e local, que tiveram também impacto na atividade da empresa.

A nível nacional, foi legislado a suspensão, por questões relacionadas com falta de pagamento, os cortes e juros de mora no serviço de abastecimento de água. Durante o ano de 2021 a empresa não efetuou qualquer corte no abastecimento de água devido à

falta de pagamento. Foi igualmente suspenso o pagamento de juros de mora e taxa de envio do aviso de corte. Esta medida, conforme estipulado no Orçamento de Estado para 2022, continua em vigor no 1º semestre de 2022.

A nível local, a Câmara Municipal decidiu apoiar as empresas do ramo de alojamento e restauração, concedendo uma isenção no pagamento das tarifas fixas de água e resíduos a todas as empresas residentes no Concelho Nordeste, referente aos meses de janeiro a junho. Esta medida consubstanciou-se através da Nordeste Ativo, que isentou o pagamento destes valores pelas empresas, tendo sido ressarcida destes montantes pela Câmara através de uma adenda ao Contrato Programa de 2021 destinada a este fim, no valor global de 13.635,54€.

A situação pandémica praticamente não teve impacto financeiro na atividade da empresa, uma vez que os serviços de abastecimento de água e recolha de lixo, sendo serviços essenciais, foram sempre mantidos.

No ano de 2021 foram consumidos 358.096³ de água. Comparando com 2020, verificou-se uma redução de -29.001³, ou seja, de -7,5%. Esta redução deveu-se ao facto do ano de 2021 ter sido um ano com bastante pluviosidade, nomeadamente nos meses de verão, o que levou a um menor consumo de água por parte população para regadios e pecuária.

A água distribuída pela empresa apresentou elevados padrões de qualidade, tendo-se atingido uma percentagem de 99,93% de análises dentro dos valores paramétricos legalmente estabelecidos.

No ano de 2021 a Nordeste Ativo não teve acesso a subsídios de apoio ao investimento, condição imprescindível para a concretização de investimentos de relevo. Assim, a empresa direccionou o seu objetivo para a redução do endividamento, tendo este sido reduzido em 144.560,42€.

Destaca-se que em termos de subsídio à exploração, excluindo o valor extraordinário da medida de apoio COVID-19, teve uma redução de 12%, o que significa que a empresa recebeu menos 21.816,00€ por parte da Câmara Municipal de Nordeste, comparativamente a 2020.

Apesar desta redução a empresa conseguiu apresentar um resultado positivo de 589,02€, embora com uma grande redução em relação ao ano anterior.

2. ÁREAS DE NEGÓCIO

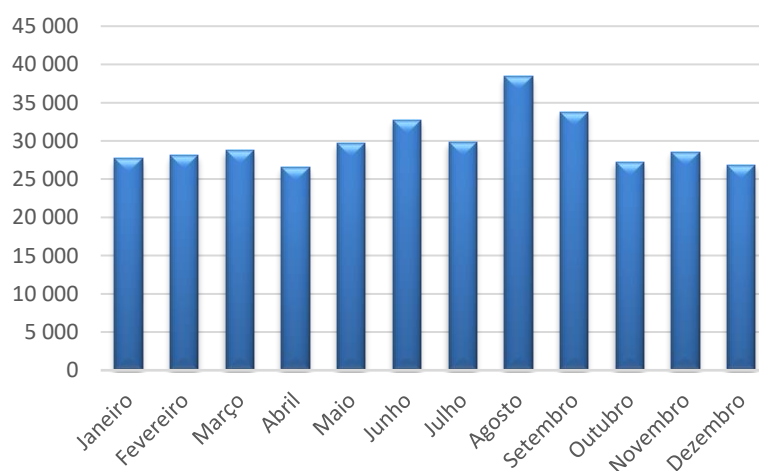
2.1 Abastecimento de Água

O abastecimento de água é um serviço essencial à qualidade de vida das populações. Por outro lado, a escassez deste recurso exige um desempenho eficiente, visando a sua preservação e o acesso universal a preços acessíveis e sustentáveis.

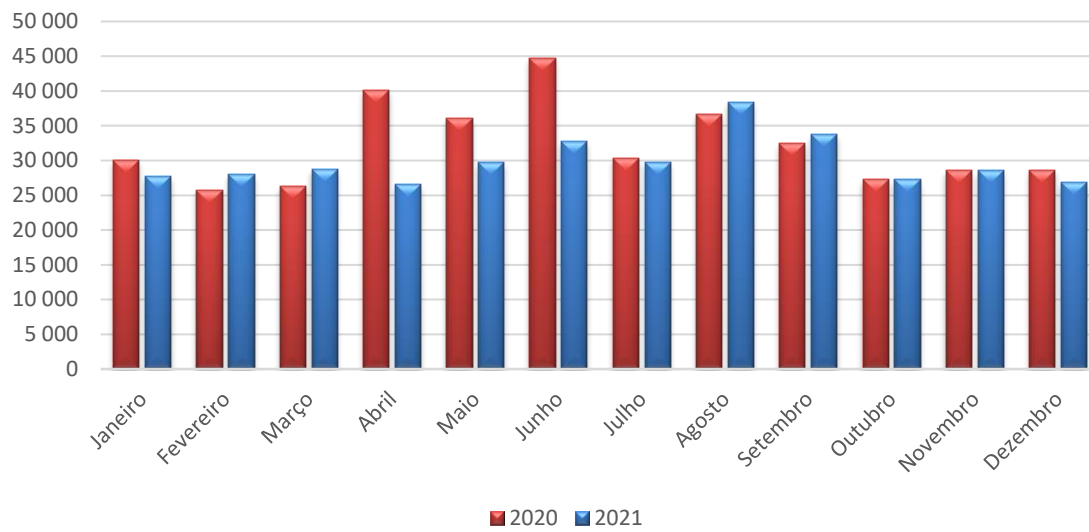
Valores de faturação por mês

Mês	Consumo (m3)	Valor faturado (€)
Janeiro	27 706	42 032,78
Fevereiro	28 036	43 058,62
Março	28 725	44 243,63
Abril	26 553	41 053,74
Maio	29 684	44 076,16
Junho	32 716	48 720,34
Julho	29 809	46 121,21
Agosto	38 413	55 157,03
Setembro	33 783	53 489,46
Outubro	27 275	43 881,81
Novembro	28 546	46 311,45
Dezembro	26 850	43 705,24
TOTAL	358 096	551 851,47

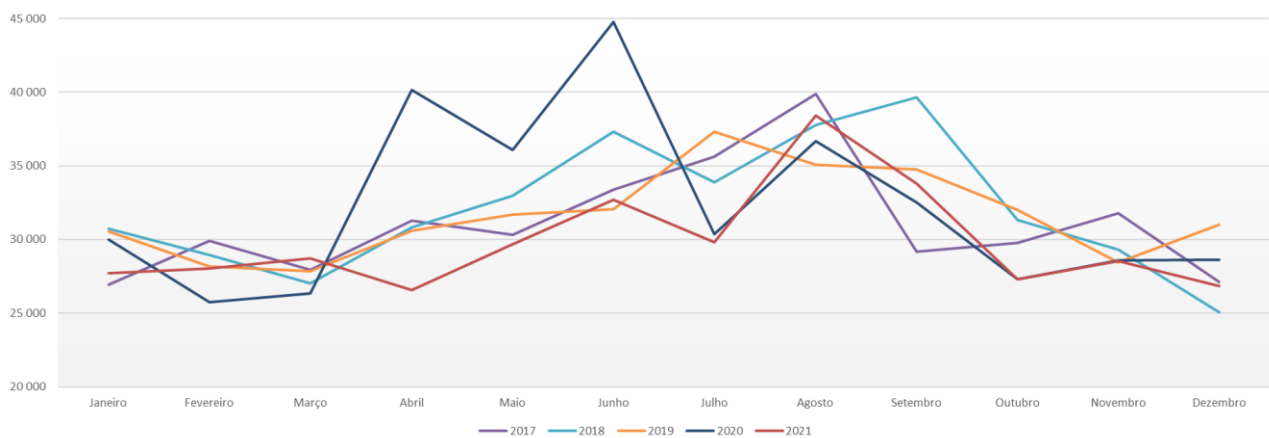
Consumo (m3)



Comparativo 2020/2021



Evolução do consumo de água nos últimos 5 anos

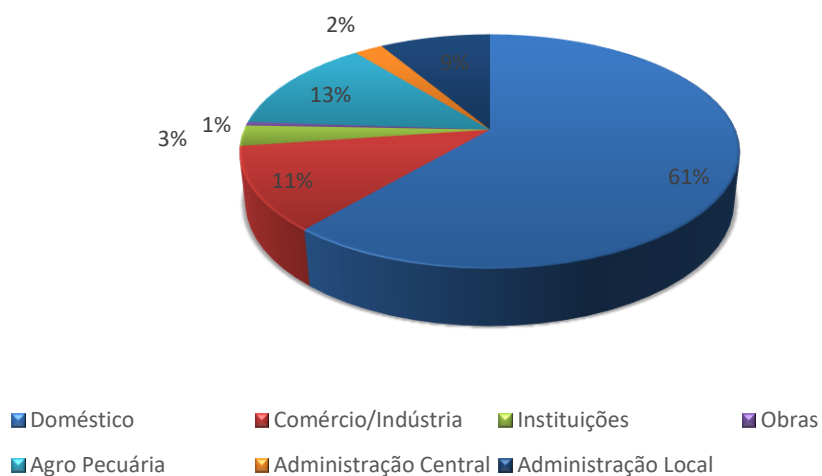


A evolução do consumo de água durante o ano de 2021 voltou a apresentar um padrão de acordo com o habitual.

Consumo de água por tipo de consumidor

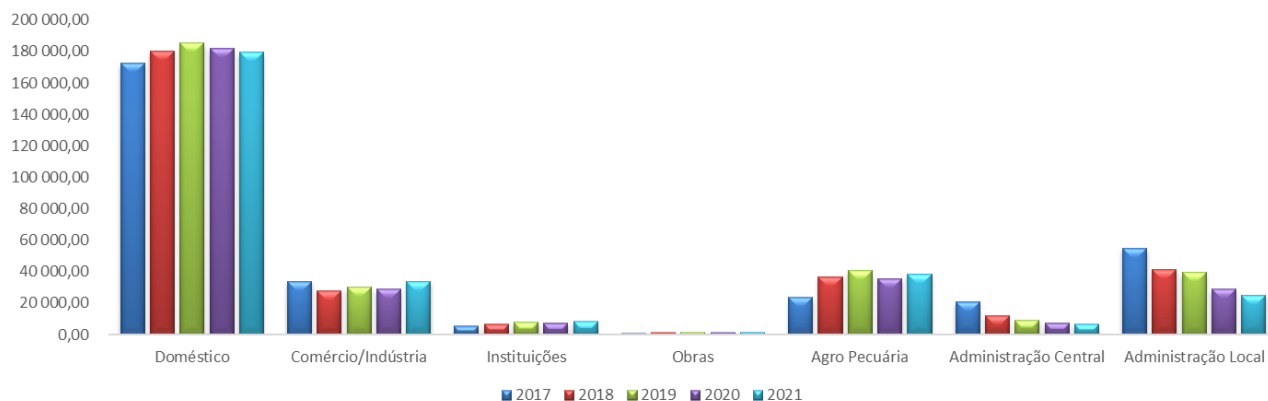
Tipo	Valor (€)
Doméstico	179 411,64
Comércio/Indústria	33 728,97
Instituições	8 313,11
Obras	1 545,31
Agropecuária	38 399,55
Administração Central	6 508,60
Administração Local	25 078,70
TOTAL	292 985,88

Peso relativo de cada tipo de consumidor



Evolução dos últimos 5 anos

Tipo	2017	2018	2019	2020	2021
Doméstico	172 412,49	180 459,88	185 407,26	182 045,00	179 411,64
Comércio/Indústria	33 728,17	27 596,32	30 132,34	28 804,30	33 728,97
Instituições	5 420,66	6 575,36	7 943,89	7 299,19	8 313,11
Obras	1 068,42	1 499,51	1 576,30	1 494,01	1 545,31
Agro Pecuária	23 557,21	36 880,71	40 695,93	35 518,53	38 399,55
Administração Central	20 963,51	12 253,25	9 150,00	7 513,76	6 508,60
Administração Local	54 786,49	41 452,08	39 467,16	28 851,79	25 078,70
TOTAL	311 936,95	306 717,11	314 372,88	291 526,58	292 985,88

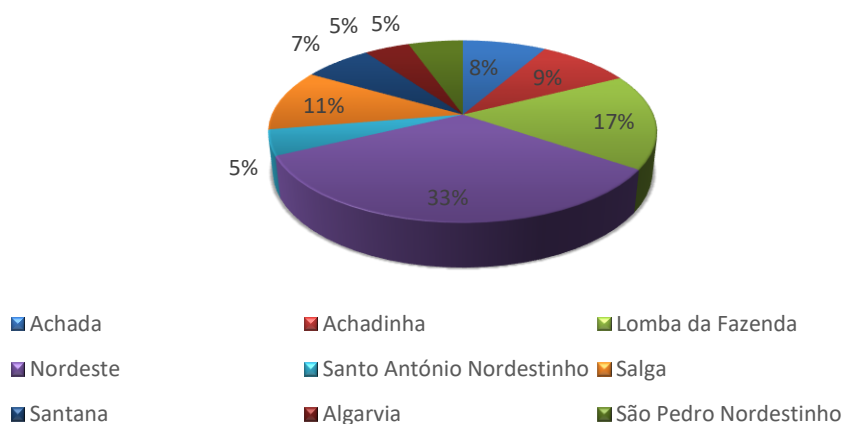


Nota-se uma diminuição consistente nos últimos 5 anos na Administração Central e Local

Consumo de água por freguesia

Freguesia	Valor (€)
Achada	25 346,00
Achadinha	28 202,36
Lomba da Fazenda	51 607,86
Nordeste	101 677,59
Santo António Nordestinho	13 720,53
Salga	33 285,59
Santana	20 619,63
Algarvia	13 688,00
São Pedro Nordestinho	16 560,04
TOTAL	304 707,60

Peso relativo de cada freguesia no consumo de água



Evolução do consumo de água por freguesia nos últimos 5 anos

Freguesia	2017	2018	2019	2020	2021
Achada	25 542,09	24 647,15	26 723,76	29 168,44	25 346,00
Achadinha	25 266,70	24 528,76	26 172,36	25 380,47	28 202,36
Lomba da Fazenda	44 268,88	49 100,36	51 658,00	50 924,02	51 607,86
Nordeste	99 978,05	97 048,17	105 484,82	93 884,65	101 677,59
Santo António Nordestinho	13 124,22	12 815,92	13 784,26	13 777,45	13 720,53
Salga	57 095,53	49 016,38	38 215,71	33 801,55	33 285,59
Santana	21 868,78	20 175,52	21 240,14	21 137,55	20 619,63
Algarvia	11 429,60	14 294,88	13 946,02	12 828,18	13 688,00
São Pedro Nordestinho	13 363,10	15 089,97	17 137,53	15 392,26	16 560,04
TOTAL	311 936,95	306 717,11	314 362,60	296 294,57	304 707,60

Serviços associados ao consumo de água

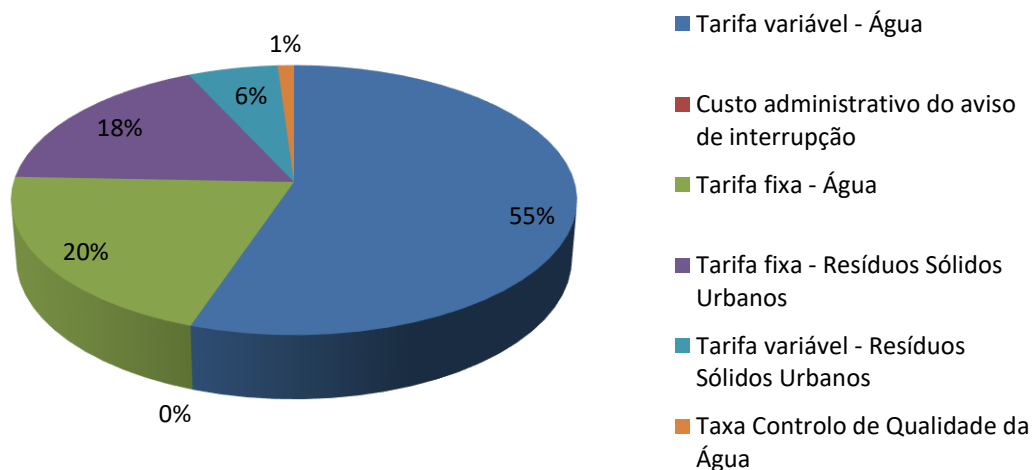
Em simultâneo com o consumo de água, e associado a este, são faturados os seguintes serviços/taxas:

- A tarifa fixa de abastecimento de água, devida em função do intervalo temporal objeto de faturação, do diâmetro do caudal e da tipologia dos utilizadores, sendo expressa em euros por cada trinta dias;
- A taxa de controlo da qualidade da água é uma receita da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores - ERSARA e é definida pelo Decreto Legislativo Regional nº 8/2010/A de 5 de março;
- O custo administrativo do aviso de interrupção é devido quando ocorre atraso no pagamento da fatura de água originando o envio do respetivo aviso de interrupção;
- A tarifa fixa de gestão de resíduos sólidos urbanos, devida em função do intervalo temporal objeto de faturação e expressa em euros por cada trinta dias;
- A tarifa variável de gestão de resíduos sólidos urbanos, devida em função quantidade consumida de água.

Valores totais gerais por processamento em 2021

Rúbrica	Valor (€)
Tarifa variável - Água	304 707,60
Custo administrativo do aviso de interrupção	0,00
Tarifa fixa - Água	112 641,34
Tarifa fixa - Resíduos Sólidos Urbanos	96 287,45
Tarifa variável - Resíduos Sólidos Urbanos	32 364,54
Taxa Controlo de Qualidade da Água	5 850,54
TOTAL	551 851,47

Peso relativo de cada rúbrica



Serviços Auxiliares

Estes serviços são prestados pela empresa, com caráter conexo com os serviços de águas ou resíduos, mas que pela sua natureza, nomeadamente pelo facto de serem prestados pontualmente por solicitação do utilizador ou de terceiro, ou de resultarem de incumprimento contratual por parte do utilizador, são objeto de faturação específica;

Valores dos serviços auxiliares em 2021

Serviço	Valor (�)
Serviços/Deteção de fuga/Alt. contrato	674,02
Interrupção de ligação definitiva	120,40
Restabelecimento e colocação do contador	96,82
Análise de projetos de instalações �guas	531,96
Deslocação de contador	217,25
Ramal de ligação de �gua	397,60
TOTAL	2 038,05

2.2 Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos

A Nordeste Ativo E.M., S.A. é responsável pela recolha dos resíduos sólidos no concelho de Nordeste.

A recolha dos indiferenciados e resíduos reciclados é efetuada porta a porta e é assegurada por duas viaturas especializadas, em circuitos pré-definidos e com a seguinte regularidade:

FREGUESIA	PAPEL	PLÁSTICO	VIDRO	INDIFERENCIADO
Salga	4.º FEIRA	5.º FEIRA	6.º FEIRA	3.º e 6.º FEIRAS
Achadinha	4.º FEIRA	5.º FEIRA	6.º FEIRA	3.º e 6.º FEIRAS
Achada	4.º FEIRA	5.º FEIRA	6.º FEIRA	3.º e 6.º FEIRAS
Santana	4.º FEIRA	5.º FEIRA	6.º FEIRA	3.º e 6.º FEIRAS
Algarvia	4.º FEIRA	5.º FEIRA	6.º FEIRA	3.º e 6.º FEIRAS
S. António	4.º FEIRA	5.º FEIRA	6.º FEIRA	3.º e 6.º FEIRAS
S. Pedro	4.º FEIRA	3.º FEIRA	2.º FEIRA	2.º e 5.º FEIRAS
L. Fazenda	4.º FEIRA	3.º FEIRA	2.º FEIRA	2.º e 5.º FEIRAS
Nordeste	4.º FEIRA	3.º FEIRA	2.º FEIRA	2.º e 5.º FEIRAS

Recolha de Resíduos 2021

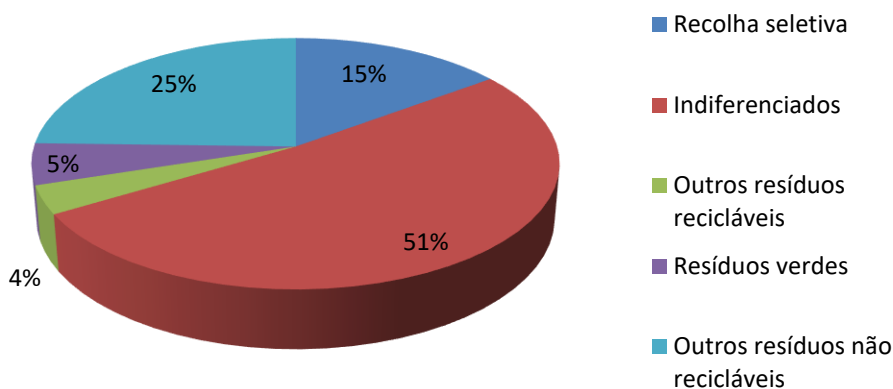
	CENTRO TRIAGEM (R13)				VERMIC. (R3)		ECOCENTRO (R13)				PARQUE VERDES (R3/R13)			ATERRO (D1)			
	PAPEL	VIDRO	PLÁST./METAL		INDF.		REEE	METAIS	PL. LAVR.	PLÁSTICOS	MADEIRA	R. BIO (R3)	INDF.	MONSTROS	MADEIRA	OUTROS RU	
JANEIRO	5100	10370	6370		103220		980	1170	3160	1510	0	8830	0	12080	0	4810	
FEVEREIRO	4210	7880	5210		88520		1090	920	2540	810	0	5140	0	9050	0	6090	
MARÇO	6100	9610	7020		97970		1890	2200	3040	1060	3280	14480	0	8230	0	7380	
ABRIL	4780	8260	6990		4150		610	1400	1530	450	330	2030	96020	8700	0	2990	
MAIO	5530	10170	6040		0		830	1800	2510	1200	0	1690	102060	9210	0	2260	
JUNHO	7840	10120	6580		38320		540	1060	1210	1060	0	3670	64310	10050	0	5960	
JULHO	7100	12840	7460		113190		1420	1700	1310	510	0	17650	0	14450	0	13290	
AGOSTO	6420	15720	7500		132080		1450	1050	2650	1190	0	3200	0	8790	540	4410	
SETEMBRO	7580	11110	7300		102090		1270	1090	4260	890	0	10350	0	9130	0	6780	
OUTUBRO	5900	11490	7360		98900		1260	800	2720	770	0	8960	0	13450	270	5210	
NOVEMBRO	5750	10380	8240		103390		960	1580	3510	790	0	7170	0	9150	0	9610	
DEZEMBRO	6820	7810	6360		91040		150	890	2180	230	0	13640	0	7610	600	11240	
TOTAL	73130	125760	82430		972870		12450	15660	30620	10470	3610	96810	262390	119900	1410	80030	

R3 — Reciclagem/recuperação de compostos orgânicos que não são utilizados como solventes (incluindo as operações de compostagem e outras transformações biológicas).

R13 — Acumulação de resíduos destinados a uma das operações enumeradas de R1 a R12 (com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde esta é efectuada).

D1 — Deposição sobre o solo ou no seu interior (por exemplo, aterro sanitário, etc.).

Peso relativo de cada tipo de resíduo



Evolução da recolha de resíduos (kgs)

Tipo	2020	2021	Variação
Recolha seletiva	272 485	281 320	3,24%
Indiferenciados	924 010	972 870	5,29%
Outros resíduos recicláveis	52 490	69 200	31,83%
Resíduos verdes	74 070	100 420	35,57%
Outros resíduos não recicláveis	486 095	463 730	-4,60%

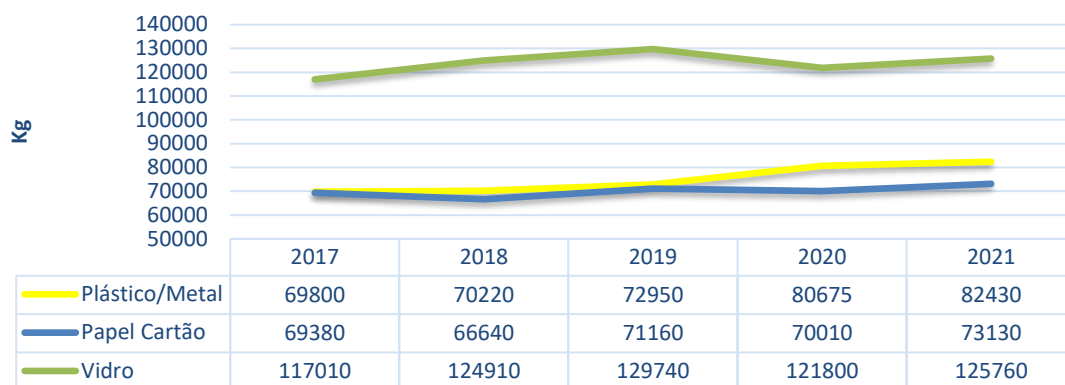
Dentro da recolha de resíduos, tem particular importância a recolha dos resíduos recicláveis como o vidro, papel/cartão e o plástico/metais. Para além de ir de encontro à causa ambiental e os objetivos europeus, nacionais e regionais de aumento da reciclagem de resíduos, a nível financeiro também é vantajoso para a empresa, uma vez que os custos com o tratamento destes resíduos são elevados, enquanto que o tratamento dos reciclados não tem qualquer custo.

Para promover a separação dos resíduos recicláveis por parte de população, a Nordeste Ativo tem promovido ao longo dos anos várias campanhas de sensibilização e investido no serviço de recolha porta-a-porta bem como na disponibilização gratuita à população e entidades da contentorização específica para estes resíduos.

Desta forma importa analisar a evolução da recolha destes resíduos, que tem tido um comportamento positivo ao longo dos últimos anos, mas não significativo.

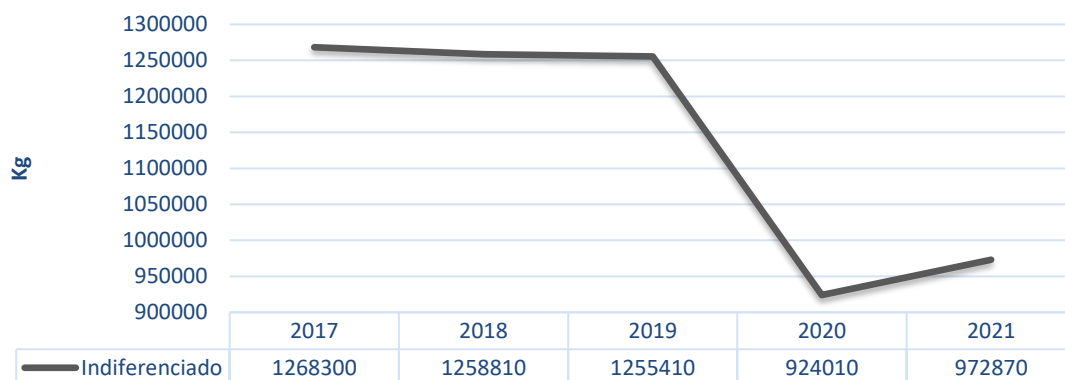
Evolução da recolha seletiva nos últimos 5 anos

Recolha seletiva



Evolução da recolha indiferenciada nos últimos 5 anos

Recolha indiferenciado



Apesar de se verificar uma tendência positiva ao longo dos últimos 5 anos, com a redução da recolha do lixo indiferenciado e o aumento da recolha de resíduos recicláveis, é imperativo aumentar rapidamente essa tendência positiva de modo a ir ao encontro das metas ambientais nacionais e europeias.

Para melhorar a percentagem de reciclagem no concelho há que continuar a apostar na sensibilização da população e investir nos equipamentos e serviços de recolha seletiva.

3. CLIENTES

3.1 Caracterização

Os clientes da Nordeste Ativo E.M., S.A. são todos os proprietários ou usufrutuários de imóveis ou negócios que residem no concelho de Nordeste e utilizam os serviços de águas, saneamento e recolha de resíduos.

Desta forma a caracterização dos clientes está correlacionada com a população do concelho.

O concelho de Nordeste em termos de população é o mais pequeno da ilha de São Miguel, com uma população em 2021 de 4.369 habitantes, correspondente a cerca de 3,3% da população da ilha. O concelho tem uma área de 101,5Km², cerca de 13,6% da área da ilha de São Miguel e está subdividido em 9 freguesias, conforme quadro abaixo:

Número de habitantes por freguesia

Nordeste	Fazenda	S. Pedro	St. António	Algarvia	Santana	Achada	Achadinha	Salga
1.160	749	245	260	240	380	387	463	485

A nível económico o concelho de Nordeste é relativamente pouco desenvolvido, o que resulta num tecido empresarial reduzido e num baixo poder de compra da população, justificando a posição do Município de não repercutir no consumidor final o custo efetivo da gestão dos sistemas de saneamento, resíduos e abastecimento de água.

Os clientes são divididos por vários tipos de consumidor conforme a atividade exercida.

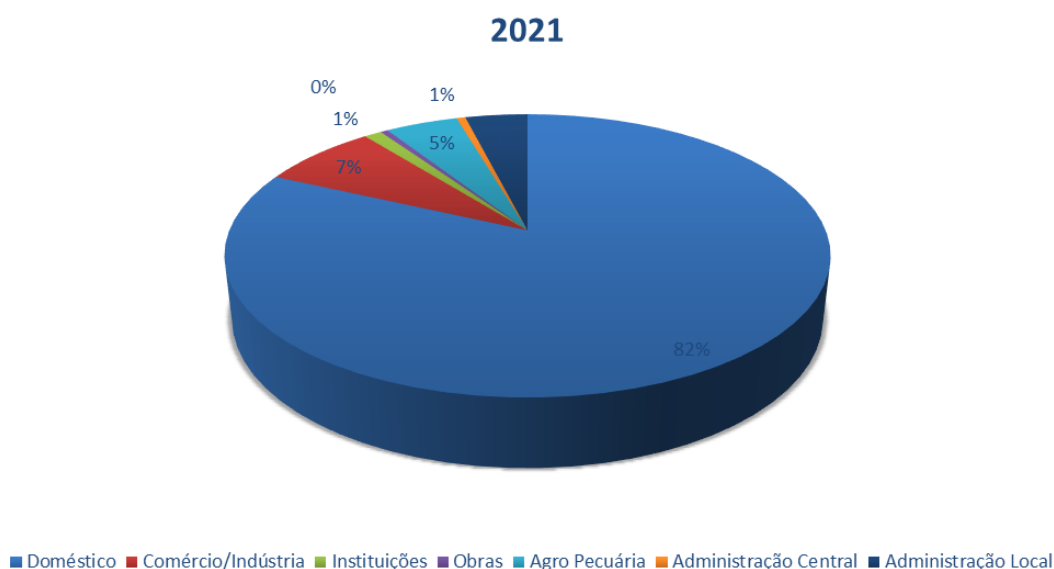
Número de clientes por tipo de consumidor

Tipo de Consumidor	2020	2021	Variação
Doméstico	2 490	2 490	0,00%
Comércio/Indústria	216	226	4,63%
Instituições	34	34	0,00%
Obras	12	14	16,67%
Agro Pecuária	136	140	2,94%
Administração Central	17	17	0,00%
Administração Local	114	120	5,26%
TOTAL	3 019	3 041	0,73%

Os dados são referentes ao mês de dezembro.

Verificou-se no ano de 2021 um aumento de 22 clientes em relação ao ano anterior.

Peso relativo de cada tipo de consumidor



3.2 Evolução

A nível demográfico os dados históricos indicam uma tendência de redução da população residente, resultante do envelhecimento da população e da redução da taxa de natalidade, bem como dos fluxos demográficos de migração e emigração. Esta tendência prevê-se que se venha a manter no futuro.

Número de habitantes

1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011	2021
11.553	11.180	8.885	6.803	5.490	5.291	4.937	4369

Número de habitantes por grupo etário

	1960	1970	1981	1991	2001	2011	2021
0 - 14 anos	3.961	9.325	s/dados	1.290	1.041	876	576
15 - 24 anos	1.707	1.495	s/dados	926	810	638	520
25 - 64 anos	4.736	3.585	s/dados	2.317	2.492	2.550	2.349
Mais de 65 anos	776	870	s/dados	957	948	873	924

A contrariar a redução do consumo devido à redução da população, está o aumento do fluxo turístico e o aumento de unidades de alojamento e casas de veraneio no concelho. Esta é uma tendência que tem vindo a aumentar desde a liberalização do espaço aéreo nos Açores e é esperado que se mantenha a tendência de crescimento no futuro. No entanto o fluxo turístico apresenta uma atividade muito sazonal, pelo que se espera um aumento do consumo principalmente nos meses de verão.

4. INVESTIMENTOS

No ano de 2021 concluíram-se a empreitadas de construção da adutora de abastecimento de água à Lomba da Fazenda a partir da nascente das Anieiras e a empreitada de reabilitação do saneamento e abastecimento de água no lugar da Feteira Pequena.

A primeira tem o objetivo de levar água da Achada para a Fazenda, incluindo o abastecimento ao reservatório da Algarvia e Assomada (São Pedro Nordestinho). A Nordeste Ativo entendeu, aproveitar a construção da Adutora e ligar também à adutora as freguesias de Santana, Santo António Nordestinho e o reservatório da Rua Abel Dinis em São Pedro Nordestinho. Com estas ligações extra, estas freguesias ficam providas com uma forma de abastecimento alternativa, caso ocorra alguma interrupção ou falta de água das respetivas nascentes. A empreitada teve um custo de 995.605,60 mil euros e foi co-financiada em 85% pelos fundos comunitários europeus do programa operacional PO2020.

A segunda tem como objetivo eliminar as descargas de águas residuais domésticas não tratadas para a Grotta do Engenho, que atravessa a Feteira Pequena, encaminhando os afluentes para tratamento adequado, e melhorar as condições de serviço da rede de abastecimento de água nos arruamentos intervencionados. A empreitada teve um custo de 505.928,49 mil euros e foi co-financiada em 85% pelos fundos comunitários europeus do programa operacional PO2020.

Ambas as edificações foram inauguradas a 21 de junho.



Inauguração da adutora de abastecimento de água à Lomba da Fazenda a partir da nascente das Anieiras



Inauguração do saneamento e abastecimento de água no lugar da Feteira Pequena

No ano de 2021 a empresa não teve acesso a novos subsídios de apoio ao investimento, pelo que a realização de novos investimentos foi reduzida.

A apostas da empresa passou pela reabilitação e renovação das infraestruturas de abastecimento de água. Destaca-se a reabilitação da Adutora da Tronqueira. Esta adutora de abastecimento de água às freguesias de Nordeste e Lomba da Fazenda foi construída há 35 anos e tem uma extensão de cerca de 6km. Foi realizada uma intervenção que teve como o objetivo a manutenção de caixas de descarga, o reforço e conservação de travessias de gropa, a substituição de tubagem em FFD e melhorias dos acessos. A empreitada teve um custo de 24.250,00€ e um prazo de execução de 6 meses.

Outra grande aposta foi na reabilitação dos reservatórios de água no Concelho, de modo a melhorar a segurança e qualidade da água. Todos os reservatórios foram intervencionados, onde foram construídas vedações à volta destes e realizados trabalhos de pintura e conservação.

No reservatório da Assomada foi instalada uma hidropressora de modo a aumentar a pressão de água nas habitações mais próximas do reservatório.



Intervenção no reservatório da Achada



Intervenção no reservatório de São Pedro Nordestinho

5. RECURSOS HUMANOS

Quadro de pessoal por categoria profissional

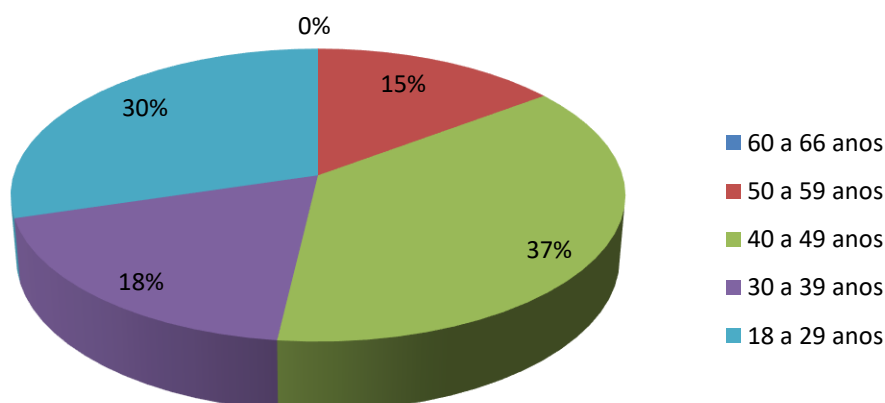
Categoria profissional	Nº de colaboradores
Escriturário	2
Assistente Administrativo	1
Assistente Operacional	2
Auxiliar de Serviços Gerais	3
Canalizador	1
Leitor Cobrador	1
Motorista de Pesados	2
Técnico	1
Técnico de 2º	1
Técnico de Contabilidade	1
Gestor	1
Contínuo	1
Servente	3
Estagiários Programas de Emprego	7
TOTAL	27

O quadro permanente de pessoal da empresa é formado por 22 colaboradores, sendo 16 do sexo masculino e 6 do sexo feminino.

No ano de 2021 a Nordeste Ativo empregou 7 trabalhadores através de programas de estágio profissional, sendo 3 do sexo masculino e 4 do sexo feminino.

Todos os colaboradores têm uma relação de trabalho com a empresa com vínculo de trabalho sem termo à exceção dos estagiários dos programas de emprego que têm contratos a termo. A média de idade dos colaboradores é de 38 anos e é distribuída da seguinte forma:

Idades	Nº de colaboradores
60 a 66 anos	0
50 a 59 anos	4
40 a 49 anos	10
30 a 39 anos	5
18 a 29 anos	8
TOTAL	27



Evolução dos gastos com pessoal (€)

Rúbrica	2020	2021	Variação
Remuneração dos órgãos sociais	0,00	0,00	0,00%
Remuneração do pessoal	253 000,99	262 322,89	3,68%
Encargos sobre as remunerações	55 701,45	59 105,68	6,11%
Seguros	3 011,29	4 098,01	36,09%
Gastos de ação social	7 768,25	7 063,12	-9,08%
Outros gastos com pessoal	1 268,35	1 351,34	6,54%
TOTAL	320 750,33	333 941,04	4,11%

O aumento de mais de 4% dos gastos com pessoal resulta das atualizações salariais pelo aumento do salário mínimo.

6. SITUAÇÃO ECONÓMICO FINANCEIRA

6.1 Análise Económica

O resultado líquido do ano de 2021 foi de 589,02€ cuja descrição é a seguinte:

Descrição	2020	2021	Variação
Resultados operacionais	71 783,80	43 144,13	-39,90%
Resultados financeiros	-64 229,48	-41 144,13	-35,94%
Resultados antes de impostos	7 554,32	2 094,33	-72,28%
Imposto sobre o rendimento	-2 136,84	-1 505,31	-29,55%
Resultado líquido	5 417,48	589,02	-89,13%

A nível do balanço, ocorreu a seguinte evolução:

	2020	2021	Variação
Ativo líquido	3 163 727,93	2 934 520,01	-7,24%
Não corrente	2 779 639,89	2 621 767,83	-5,68%
Corrente	384 088,04	312 752,18	-18,57%
Capitais Próprios	886 760,98	831 175,27	-6,27%
Capital social	50 000,00	50 000,00	0,00%
Passivo	2 276 966,95	2 103 344,74	-7,63%
Não corrente	1 733 394,03	1 535 122,21	-11,44%
Corrente	543 572,92	568 232,53	4,54%

Em 2020 foi concluído o processo de reestruturação do passivo com a conversão dos financiamentos de curto prazo em financiamento de longo prazo. Esta operação foi

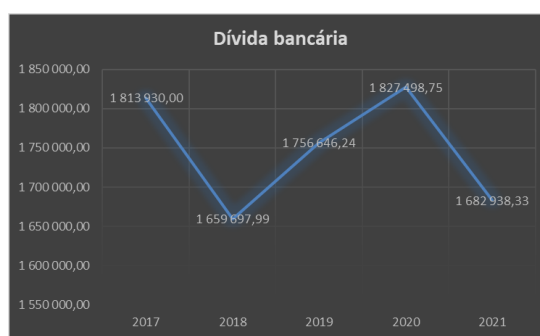
muito importante uma vez que permitiu começar a amortizar a dívida de forma suave e sustentável.

Este processo iniciou-se em 2019 e era um problema que a empresa já enfrentava há longos anos, em que a maior parte da sua dívida estava concentrada em empréstimos de curto prazo sob a forma de contas correntes caucionadas. Com esta reestruturação foi possível reduzir em muito as taxas de juro dos financiamentos, programar de forma suave e progressiva a amortização da dívida e reduzir o risco de flutuação dos spreads dos financiamentos e de não renovação dos créditos.

Financiamento bancário	2020	2021	Variação
Não corrente (Longo Prazo)	1 733 344,22	1 535 042,56	-198 301,66
Corrente (Curto Prazo)	94 154,53	147 895,77	53 741,24
TOTAL	1 827 498,75	1 682 938,33	-144 560,42

Nos últimos 5 anos foi possível reduzir os custos de financiamento em mais de 50%.

Financiamento	2017	2018	2019	2020	2021
Juros	96 293,70	94 909,86	81 750,86	64 229,48	41 144,13
Dívida bancária	1 813 930,00	1 659 697,99	1 756 646,24	1 827 498,75	1 682 938,33



6.2 Rendimentos

Os rendimentos no ano de 2021 atingiram o montante de 826.660,65€, com a seguinte estrutura:

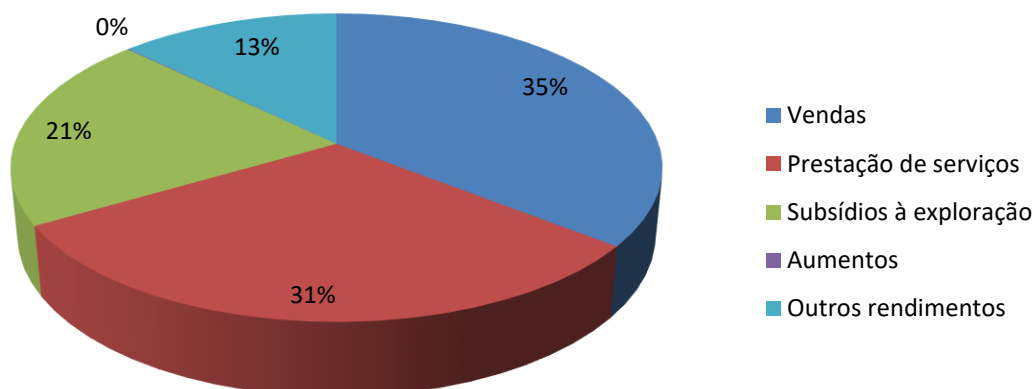
Rendimentos (€)	2020	2021	Variação
Vendas	293 922,70	294 108,57	0%
Prestação de serviços	215 027,92	256 529,28	19%
Subsídios à exploração	231 357,02	170 495,54	-26%
Aumentos	296,46	429,95	45%
Outros rendimentos	77 845,89	105 097,31	35%
TOTAL	818 449,99	826 660,65	1%

A medida de apoio às empresas do ramo de alojamento e restauração, de isenção das tarifas fixas de água e resíduos nos meses de janeiro a junho, teve um impacto de redução do valor da prestação de serviços em 13.635,54€, que foi compensado por um aumento no mesmo valor no montante dos subsídios à exploração

Caso não fosse tomada esta medida excecional, a evolução destes rendimentos seria o seguinte:

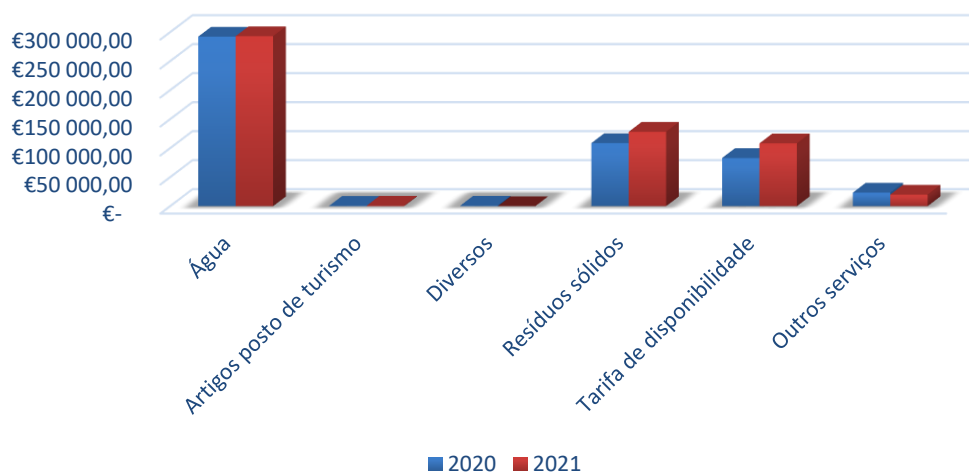
Rúbrica	2020	2021	Variação
Prestação de serviços	267 708,94	270 164,82	1%
Subsídios à exploração	178 676,00	156 860,00	-12%

Peso relativo de cada rendimento

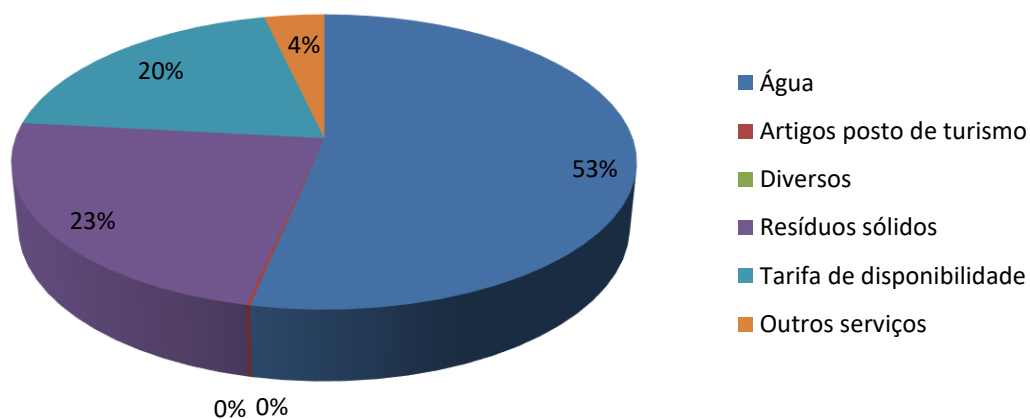


A evolução do rédito da empresa detalha-se da seguinte forma:

Rúbrica	2020	2021	Variação
VENDAS			
Água	292 331,47	293 150,75	0,28%
Artigos posto de turismo	672,96	957,82	42,33%
Diversos	918,27	0,00	-100,00%
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS			
Resíduos sólidos	108 676,05	128 281,10	18,04%
Tarifa de disponibilidade	83 023,73	108 331,60	30,48%
Outros serviços	23 328,14	19 916,58	-14,62%
TOTAL	508 950,62	550 637,85	8,19%



Peso relativo de cada rendimento

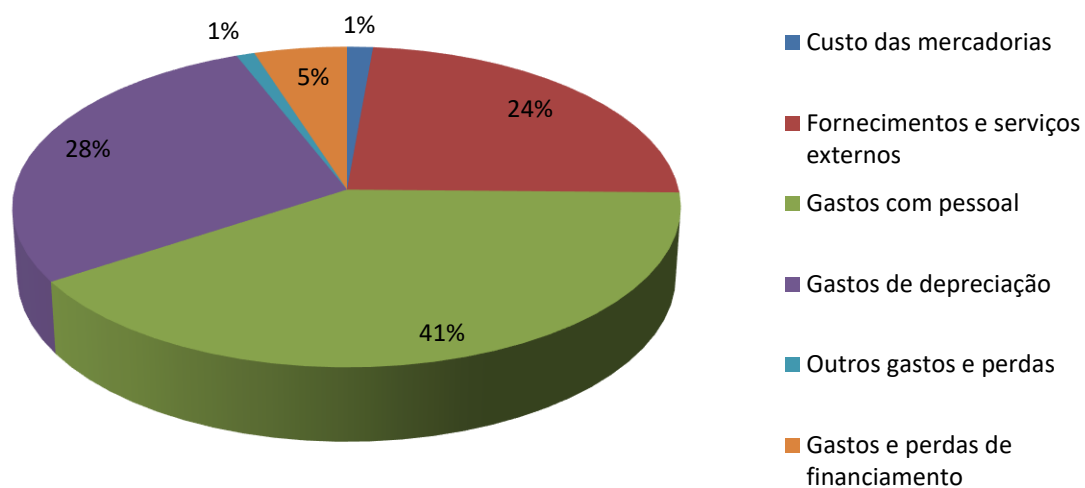


6.3 Gastos

A evolução dos gastos da empresa detalha-se da seguinte forma:

Gastos (€)	2020	2021	Variação
Custo das mercadorias	22 150,03	11 475,93	-48,19%
Fornecimentos e serviços externos	184 684,83	196 964,39	6,65%
Gastos com pessoal	320 750,33	333 941,04	4,11%
Gastos de depreciação	198 224,88	233 028,37	17,56%
Outros gastos e perdas	20 856,12	8 106,79	-61,13%
Gastos e perdas de financiamento	64 229,48	41 049,80	-36,09%
TOTAL	810 895,67	824 566,32	1,69%

Peso relativo dos gastos



Fornecimentos e Serviços Externos

Rubrica	2020	2021	Variação
Subcontratos	57 500,88	61 053,64	6,18%
Trabalhos especializados	37 265,28	29 880,06	-19,82%
Publicidade e propaganda	982,00	399,14	-59,35%
Vigilância e segurança	832,16	188,28	-77,37%
Honorários	7 866,72	7 800,06	-0,85%
Conservação e reparação	30 383,58	41 453,47	36,43%
Serviços bancários	2 515,00	3 613,14	43,66%
Serviços especializados	408,31	0,00	100,00%
Taxas ERSARA	6 120,92	6 141,00	0,33%
Livros e Documentação Técnica	440,14	423,40	-3,80%
Ferramentas e Utensílios	0,00	12,85	100,00%
Material de escritório	1 554,91	1 363,08	-12,34%
Artigos para oferta	50,00	0,00	100,00%
Outros materiais	278,00	0,04	-99,99%
Eletricidade	2 307,61	3 075,87	33,29%
Combustíveis	24 380,86	28 898,14	18,53%
Deslocações e estadas	0,00	0,00	0,00%
Rendas e alugueres	307,74	0,00	-100,00%
Comunicação	6 481,49	6 300,35	-2,79%
Seguros	3 629,09	3 586,10	-1,18%
Contencioso e notariado	281,50	1 578,45	460,73%
Despesas de representação	99,20	0,00	100,00%
Limpeza, higiene e conforto	744,54	447,89	-39,84%
Outros serviços	254,90	749,43	194,01%
TOTAL	184 684,83	196 964,39	6,65%

O aumento dos custos com fornecimentos e serviços externos provém essencialmente da aposta feita na conservação e reparação das infraestruturas da empresa, bem como no aumento dos custos com a energia e combustíveis, resultante do aumento de preços no mercado.

6.4 Indicadores Financeiros

Rácios	2020	2021	Variação
Divida líquida financeira	66,16%	64,87%	-1,94%
Rendibilidade operacional	53,05%	50,16%	-5,46%
Autonomia financeira	28,03%	28,32%	1,05%
Solvabilidade	38,94%	39,52%	1,47%

Divida líquida financeira = Passivo MLP / (Passivo MLP + Capital Próprio)

Rendibilidade operacional = EBITDA / Vendas e prestação de serviços

Autonomia financeira = Capital Próprio / Ativo

Solvabilidade = Capital Próprio / Passivo

6.5 Evolução Previsível

O exercício de 2021 marca o terceiro ano consecutivo da empresa a apresentar resultados positivos.

A celebração do contrato de gestão delegada que prevê a atribuição de subsídios à exploração nos primeiros 5 anos, a contenção dos custos que tem vindo a ser implementada nos últimos anos e a reestruturação do passivo da empresa, deixam a empresa mais sólida e fazem-nos prever que nos próximos anos a empresa continuará a apresentar resultados positivos.

Para 2022, a economia sofrerá um cenário de estagflação resultante dos efeitos na economia da pandemia COVID-19, aliado à situação de invasão russa na Ucrânia. Este cenário terá consequência no aumento dos custos com fornecimentos e serviços externos, especialmente os custos de energia e combustíveis, bem como um previsível aumento nas taxas de juro.

No entanto a procura dos bens e serviços da empresa são pouco flexíveis e estão mais relacionadas com fatores meteorológicos, nomeadamente a precipitação, pelo que não é de esperar uma forte redução nas vendas.

A empresa face aos resultados e medidas tomadas a partir de 2019, está mais do que nunca preparada para enfrentar os desafios e adversidades que poderão surgir.

A concretização de novos investimentos em 2022 e anos posteriores estará fortemente condicionada ao surgimento de novos programas de co-financiamento europeu.

7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que o resultado líquido positivo do exercício de 2021, no valor de 589,02€, tenha a seguinte aplicação:

Resultados Transitados.....589,02€

8. NOTA FINAL

O Conselho de Administração agradece:

- ✓ à **Câmara Municipal de Nordeste** pela confiança e apoio demonstrados;
- ✓ aos membros da **Assembleia Geral** pela colaboração dispensada;
- ✓ ao **Revisor Oficial de Contas** e **Técnico Oficial de Contas** pela rigor e transparência das nossas contas;
- ✓ à **ERSARA** pelo incentivo à prestação de um serviço de qualidade;
- ✓ aos **Clientes** pela utilização dos nossos serviços;
- ✓ a todos os **Colaboradores** da empresa pelo profissionalismo e dedicação demonstrados;
- ✓ a todos os **Fornecedores** pelo interesse e pela qualidade dos serviços;
- ✓ de forma geral, a todas as **Entidades** que colaboraram connosco no ano de 2021.

Nordeste, 9 de Março de 2022.

O Conselho de Administração

António Miguel Borges
Soares

Natália de Conceição Rego
Borges

João de Deus Andrade
Sousa

(Presidente do Conselho de
Administração)

(Vogal)

(Vogal)

Demonstrações Financeiras

Balço em 31 de dezembro de 2021

(em euros)

Rubrica	Notas	2021	2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3/6/10	2.618.737,64	2.717.885,47
Propriedades de investimento		-	-
Goodwill		-	-
Ativos intangíveis	3/7	-	59.415,24
Ativos biológicos		-	-
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		-	-
Outros investimentos financeiros	3/10	3.030,19	2.339,18
Créditos a receber		-	-
Ativos por impostos diferidos		-	-
Total ativo não corrente		2.621.767,83	2.779.639,89
Ativo corrente			
Inventários	3/9	39.478,77	45.098,88
Ativos biológicos		-	-
Clientes	3/10	92.074,83	88.333,69
Estado e outros entes públicos	3/19	16.643,81	16.491,18
Capital subscrito e não realizado		-	-
Outras créditos a receber	3/10/19	54.344,53	87.362,73
Diferimentos	3/19	2.180,94	1.400,61
Ativos financeiros detidos para negociação		-	-
Outros ativos financeiros		-	-
Ativos não correntes detidos para venda		-	-
Caixa e depósitos bancários	3/4/10	108.029,30	145.400,95
Total ativo corrente		312.752,18	384.088,04
Total ativo		2.934.520,01	3.163.727,93
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	5/10/19	50.000,00	50.000,00
Ações (quotas) próprias		-	-
Outros instrumentos de capital próprio		-	-
Prémios de emissão		-	-
Reservas legais	10/19	2.776,34	2.776,34
Outras reservas		-	-
Resultados transitados	19,00	- 408.242,99	- 413.660,47
Excedentes de revalorização		-	-
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	15/19	1.186.052,90	1.242.227,63
Resultado líquido do período	19	589,02	5.417,48
Dividendos antecipados		-	-
Interesses que não controlam		-	-
Total capital próprio	19	831.175,27	886.760,98
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		-	-
Financiamentos obtidos	3/10/11	1.535.042,56	1.733.344,22
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		-	-
Passivos por impostos diferidos	3/17	69,65	49,81
Outras dívidas a pagar		-	-
Total passivo não corrente		1.535.112,21	1.733.394,03
Passivo corrente			
Fornecedores	3/10	27.314,62	24.304,32
Adiantamentos de clientes		-	-
Estado e outros entes públicos	3/19	8.424,51	8.394,05
Financiamentos obtidos	3	147.895,77	94.154,53
Outras dívidas a pagar	3/10/11/19	384.597,63	416.720,02
Diferimentos		-	-
Passivos financeiros detidos para negociação		-	-
Outros passivos financeiros		-	-
Passivos não correntes detidos para venda		-	-
Total passivo corrente		568.232,53	543.572,92
Total passivo		2.103.344,74	2.276.966,95
Total capital próprio e passivo		2.934.520,01	3.163.727,93

Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2021

(em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2021	2020
Vendas e serviços prestados	3/13/20	550.637,85	508.950,62
Subsídios à exploração	3/5/15	170.495,54	231.357,02
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		-	-
Variação nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3/9	- 11.475,93	- 22.150,03
Fornecimentos e serviços externos	19/20	- 196.964,39	- 184.684,83
Gastos com o pessoal	3/5/18/20	- 333.941,04	- 320.750,33
Imparidade de inventários (perdas / reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)		-	-
Provisões (aumentos / reduções)		-	-
Imparidade de investimentos não depreciáveis/ amortizáveis (perdas / reversões)		-	-
Aumentos / reduções de justo valor	10	429,95	296,46
Outros rendimentos	19	105.097,31	77.845,89
Outros gastos	19	- 8.106,79	- 20.856,12
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		276.172,50	270.008,68
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	3/6	- 233.028,37	- 198.224,88
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas / reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)		43.144,13	71.783,80
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	3/10/11/19	- 41.049,80	- 64.229,48
Resultado antes de impostos		2.094,33	7.554,32
Imposto sobre o rendimento do período	3/17	- 1.505,31	- 2.136,84
Resultado líquido do período		589,02	5.417,48

Nordeste Ativo E.M., S.A.

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no Período

2020

(Em euros)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
Posição no início do período 2020	1	50.000,00				2.776,34		- 414.813,61		1.853.003,27	10.098,55	1.501.064,55		1.501.064,55
Alterações no Período														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico												-		-
Alterações de políticas contabilísticas												-		-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												-		-
Realização do excedente de revalorização												-		-
Excedentes de revalorização												-		-
Ajustamentos por impostos diferidos												-		-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								1.153,14		- 610.775,64	- 10.098,55	- 619.721,05		- 619.721,05
	2	-	-	-	-	-	-	1.153,14	-	- 610.775,64	- 10.098,55	- 619.721,05	-	- 619.721,05
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3										5.417,48	5.417,48		5.417,48
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3										- 4.681,07	- 614.303,57	-	- 614.303,57
Operações com detentores de capital no período														
Realizações de capital												-		-
Realizações de prémios de emissão												-		-
Distribuições												-		-
Entradas para cobertura de perdas												-		-
Outras operações												-		-
	5	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-
Posição no fim do período 2020	6=1+2+3+5	50.000,00	-	-	-	2.776,34	-	- 413.660,47	-	1.242.227,63	5.417,48	886.760,98	-	886.760,98

Nordeste Ativo E.M., S.A.

Demonstração (Individual/Consolidada) das Alterações no Capital Próprio no Período

2021

(Em euros)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
Posição no início do período 2021	6	50.000,00	-	-	-	2.776,34	-	- 413.660,47	-	1.242.227,63	5.417,48	886.760,98	-	886.760,98
Alterações no Período														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico												-		-
Alterações de políticas contabilísticas												-		-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												-		-
Realização do excedente de revalorização												-		-
Excedentes de revalorização												-		-
Ajustamentos por impostos diferidos												-		-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								5.417,48		- 56.174,73	- 5.417,48	- 56.174,73	-	- 56.174,73
	7	-	-	-	-	-	-	5.417,48	-	- 56.174,73	- 5.417,48	- 56.174,73	-	- 56.174,73
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8										589,02	589,02		589,02
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8										- 4.828,46	- 55.585,71	-	- 55.585,71
Operações com detentores de capital no período														
Realizações de capital												-		-
Realizações de prémios de emissão												-		-
Distribuições												-		-
Entradas para cobertura de perdas												-		-
Outras operações												-		-
	10	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-
Posição no fim do período 2021	6+7+8+10	50.000,00	-	-	-	2.776,34	-	- 408.242,99	-	1.186.052,90	589,02	831.175,27	-	831.175,27

Fluxos de caixa de 1 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021

(em euros)

Rubrica	Notas	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		759.349,85	695.426,17
Pagamentos a fornecedores	-	264.249,95	- 258.917,16
Pagamentos ao pessoal	-	320.324,45	- 305.304,82
Caixa gerada pelas operações		174.775,45	131.204,19
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-	1.699,60	- 3.310,44
Outros recebimentos/pagamentos		5.412,36	1.360.750,29
Fluxos de caixa das atividades operacionais		178.488,21	1.488.644,04
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-	33.583,73	- 1.458.264,33
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento	-	33.583,73	- 1.458.264,33
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	917.165,56
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	148.465,08	- 871.674,70
Juros e gastos	-	33.811,05	- 42.235,90
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	- 320,01
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-	182.276,13	2.934,95
Variação de caixa e seus equivalentes	-	37.371,65	33.314,66
Caixa e seus equivalentes no início do período		145.400,95	112.086,29
Caixa e seus equivalentes no fim do período		108.029,30	145.400,95

ANEXO

1. Identificação da Entidade

1.1. Designação da entidade

NORDESTE ATIVO E.M., S.A.

1.2. Sede

Rua Dr. Manuel João da Silveira, n.º 1 A, freguesia e concelho de Nordeste

1.3. Natureza da atividade

A NORDESTE ATIVO E.M., S.A. é uma entidade empresarial local de gestão de serviços de interesse geral, pessoa coletiva de direito privado, com natureza municipal e sob a forma de sociedade anónima, constituída em 5 de setembro de 2005. A entidade tem como objeto social:

- a) A gestão e exploração dos sistemas públicos de captação e distribuição de água para consumo público, a recolha, tratamento e rejeição de efluentes, a recolha e deposição de resíduos sólidos urbanos, a higiene pública no concelho do Nordeste;
- b) A promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área da cultura, desporto, turismo e atividades recreativas.

Em complemento daquelas atividades, poderá a Empresa Municipal exercer, diretamente ou em colaboração com terceiros, atividades acessórias ou subsidiárias da exploração e gestão, bem como outros ramos de atividade conexos, incluindo a prestação de serviços, que não prejudiquem a prossecução do seu objeto e que tenham em vista a melhor utilização dos seus recursos disponíveis.

A entidade encontra-se, portanto, registada na Classificação das Atividades Económicas Rev.3 com os códigos 36001 – Captação e Tratamento de Água, como atividade principal, e 38112 – Recolha de Outros Resíduos não Perigosos e 84123 – Administração Pública Atividades de Cultura, Desporto, Recreativas, Ambiente, Habitação e de Outras Atividades Sociais, exceto Segurança Social obrigatória, como atividades secundárias.

1.4. Designação e sede da empresa-mãe final e local onde podem ser obtidas cópias das demonstrações financeiras consolidadas

O capital social da entidade, no valor de 50.000,00€, é totalmente detido pela Câmara Municipal de Nordeste sediada na Praça da República, concelho de Nordeste, local onde pode ser obtidas as demonstrações financeiras consolidadas.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e da especialização dos exercícios (regime de acréscimo) e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), em conformidade com as disposições em vigor em Portugal, de acordo com o Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2013/34/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativo às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas, que altera a Diretiva n.º 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, e revoga as Diretivas n.º 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho, e altera o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística.

Os instrumentos legais do SNC são os seguintes:

- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho, republica o Código de Contas;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, que aprova os modelos das demonstrações financeiras para as diferentes entidades que aplicam o SNC;
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho, com a homologação da Estrutura Conceptual do Sistema de Normalização Contabilística;
- Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho, com a homologação das Normas contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- Aviso n.º 8258/2015, de 29 de julho, com a homologação das Normas Interpretativas do Sistema de Normalização Contabilística;

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil e integram o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respectivos montantes em Euros.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas, e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que provocassem efeitos nas demonstrações financeiras, pelo que as mesmas apresentam uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021, incluídas nas demonstrações financeiras anexas para efeitos comparativos, apresentam-se em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

3. Principais Políticas Contabilísticas:

A entidade aplica as suas políticas contabilísticas consistentemente para transações semelhantes, outros acontecimentos e condições, permitindo não só que as demonstrações financeiras proporcionem informação fiável e relevante sobre os efeitos das mesmas na posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa, mas também permitindo que tal informação seja comparável ao longo do tempo.

As demonstrações financeiras anexas, elaboradas a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, de acordo com as NCRF, foram preparadas no pressuposto da continuidade.

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras:

Os elementos das demonstrações financeiras foram reconhecidos e inscritos no balanço e na demonstração de resultados utilizando as bases de mensuração constantes da Estrutura Conceptual enquanto parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e de acordo com as disposições de cada NCRF para o efeito.

Ativos fixos tangíveis

Determinado item é reconhecido como ativo quando diga respeito a um recurso controlado pela entidade, como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que fluam para a entidade benefícios económicos futuros.

Os itens do ativo fixo tangível, classificados para reconhecimento como um ativo, são mensurados pelo seu custo que compreende o preço de compra, após dedução dos descontos e abatimentos, e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias de funcionamento. Na mensuração após reconhecimento é utilizado o modelo do custo de acordo com o qual os itens do ativo fixo tangível são escriturados pelo seu custo, deduzido das correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, sendo a quantia depreciável dos AFT imputada numa base sistemática pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Existindo algum indício de uma alteração significativa da vida útil de determinado item do AFT é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expetativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos do ativo fixo tangível são registados como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gastos.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data da alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Ativos Intangíveis

Os itens do ativo intangível são classificados para reconhecimento como um ativo se, e apenas se, forem identificáveis. Um ativo satisfaz o critério de identificabilidade na definição de um ativo intangível quando:

- a) For separável, isto é, capaz de ser separado ou dividido da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, seja individualmente ou em conjunto com um contrato, ativo ou passivo relacionado; ou
- b) Resultar de direitos contratuais ou de outros legais, quer esses direitos sejam transferíveis quer sejam separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Um ativo intangível é inicialmente mensurado pelo seu custo que compreende o preço de compra, após dedução dos descontos e abatimentos, e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições necessárias de funcionamento. Na mensuração após reconhecimento é utilizado o modelo do custo de acordo com o qual os itens do ativo intangível são escriturados pelo seu custo, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

A quantia amortizável de um ativo intangível com uma vida finita é imputada numa base sistemática pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado, cessando na data em que o ativo for desreconhecido.

Um ativo intangível com uma vida indefinida não é amortizado, sendo revistos a cada período os acontecimentos e circunstâncias que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida.

Um ativo intangível é desreconhecido no momento da alienação ou quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação.

Imparidade de ativos

À data de cada relato financeiro, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica “Imparidade de ativos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/ reversões)” ou na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)”, caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do Ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada Ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as mesmas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados na rubrica supra referida sendo efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores. Não é permitida a reversão de imparidade em instrumentos de capital próprio.

Inventários

Os inventários são ativos (a) detidos para venda no decurso ordinário da atividade empresarial; (b) no processo de produção para tal venda; ou (c) na forma de materiais ou consumíveis a serem aplicados no processo de produção ou na prestação de serviços.

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor realizável líquido. O custo de compra de inventários inclui o preço de compra, direitos de importação e outros impostos (que não sejam os subsequentemente recuperáveis das entidades fiscais pela entidade), os custos de transporte, manuseamento e outros gastos diretamente atribuíveis à respetiva aquisição. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial deduzido de todos os gastos estimados necessários para realizar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de perdas por imparidade em inventários”.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna uma parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Quando um ativo financeiro ou um passivo financeiro é inicialmente reconhecido, uma entidade deve mensurá-lo pelo seu justo valor. Os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro ou à emissão do passivo financeiro devem ser incluídos no justo valor, no caso dos ativos e passivos financeiros cuja mensuração subsequente não seja ao justo valor.

Após o reconhecimento inicial, a mensuração subsequente de ativos e passivos financeiros deverá ser, em cada data de relato, reconhecidas na demonstração de resultados pelo justo valor, exceto:

- Instrumentos de capital próprio de uma outra entidade que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como derivados que estejam associados a e devam ser liquidados pela entrega de tais instrumentos, os quais devem ser mensurados ao custo menos perdas por imparidade;
- Contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados em base líquida, quando executados, se espera que reúnam as condições para reconhecimento ao custo ou ao custo amortizado

menos perdas por imparidade, e a entidade designe, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade;

- Ativos financeiros que a entidade designe, no momento do seu reconhecimento inicial, para ser mensurado ao custo amortizado (utilizando o método da taxa de juro efetiva) menos qualquer perda por imparidade; ou
- Ativos financeiros não derivados a serem detidos até à maturidade, os quais deverão ser mensurados ao custo amortizado.

Um ativo financeiro pode ser designado para ser mensurado ao custo amortizado se satisfizer todas as seguintes condições:

- Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam i) de montante fixo, ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante; e
- Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito).

Exemplos de instrumentos financeiros que são mensurados ao custo amortizado:

- Clientes e outros créditos a receber ou outras dívidas a pagar, bem como empréstimos bancários;
- Investimentos em obrigações não convertíveis;
- Créditos a receber ou dívidas a pagar em moeda estrangeira, porém, qualquer alteração no montante a pagar ou a receber devido a alterações cambiais é reconhecida na demonstração de resultados;
- Empréstimos a subsidiárias ou associadas que sejam exigíveis; ou
- Um instrumento de dívida que seja imediatamente exigível se o emitente incumprir o pagamento de juro ou de amortização de dívida.

Na categoria de instrumentos financeiros incluem-se os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade.

No final de cada período de relato financeiro são analisadas as contas de clientes e outros devedores de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa e de depósitos bancários, mensurados pelo seu valor nominal, e mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Custos dos Empréstimos Obtidos

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Rédito

O rédito é o rendimento que surge no decurso das atividades ordinárias de uma entidade, como sejam vendas, prestações de serviços, juros, dividendos e royalties.

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela entidade, não incluindo impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do relato financeiro. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- a) A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- b) Seja provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- c) A fase de acabamento da transação à data do Balanço possa ser mensurada com fiabilidade;
- d) Os custos incorridos ou a incorrer com a transação possam ser mensurados com fiabilidade.

Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Empresa não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí

poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornem recebíveis.

Acontecimentos Subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço são aqueles subsequentes, favoráveis e desfavoráveis, que ocorrem entre a data do balanço e a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, pelo órgão de gestão. Poderão ser identificados dois tipos de acontecimentos: os que dão lugar a ajustamentos e que, como tal, proporcionam prova de condições que existiam à data do balanço; e os que não dão lugar a ajustamentos, sendo indicativos de condições que surgiram após a data do balanço e que, como tal, devem ser divulgados.

Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui

diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

O imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos, ativos e passivos, são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, a menos que resultem do reconhecimento inicial do *trespasse* (*goodwill*), do reconhecimento inicial de um Ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais e não afete, no momento da transação, nem o lucro contabilístico (perda contabilística) nem o lucro tributável (perda fiscal).

No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, diuturnidades, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídios de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os gastos com férias e subsídio de férias são registados como gasto do período em que os empregados adquirem o direito ao seu recebimento. Em consequência, as responsabilidades com férias e subsídio de férias e correspondentes encargos patronais vencidos e não pagos à data de relato financeiro foram estimados e incluídos na rubrica “Outras dívidas a pagar”.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras dívidas a pagar” ou “Outros créditos a receber”.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes.

Todas as políticas contabilísticas relevantes foram mencionadas no ponto anterior.

3.3. Juízos de valor, excetuando os que envolvem estimativas, que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram mais impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Na preparação das demonstrações financeiras, o órgão de gestão utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da entidade, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

3.5. Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos durante o período contabilístico seguinte.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas a entidade adotou certos pressupostos e estimativas envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte.

Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão tiveram por base o seu melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas na elaboração de tais estimativas. As alterações às estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- b) Análise de imparidades, nomeadamente, de créditos a receber;
- c) Gastos com pessoal referentes a férias/ subsídio de férias a pagar no exercício seguinte.

4. Fluxos de Caixa

4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de Caixa e em Depósitos Bancários

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, “caixa e seus equivalentes” inclui numerário, depósitos à ordem e depósitos a prazo. À data de relato financeiro não existem saldos de caixa e seus equivalentes que

não estejam disponíveis para uso. A quantia escriturada e movimentos do período de caixa e seus equivalentes decompõem-se conforme se apresenta:

	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	158,49	583.993,54	583.953,69	198,34
Depósitos à Ordem	145.242,46	841.373,64	878.785,14	107.830,96
Outros Depósitos Bancários				
Total de Caixa e Depósitos Bancários	145.400,95	1.425.367,18	1.462.738,83	108.029,30
Dos quais: Depósitos bancários no exterior				

Na divulgação dos fluxos de caixa foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca das componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da entidade.

5. Partes relacionadas

Uma parte está relacionada com uma entidade se:

- (a) Direta, ou indiretamente através de um ou mais intermediários, a parte:
 - Controlar, for controlada por ou estiver sob o controlo comum de uma entidade;
 - Tiver um interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a mesma; ou
 - Tiver um controlo conjunto sobre a entidade.
- (b) A parte for uma associada ou um empreendimento conjunto em que a entidade seja o empreendedor de acordo com a NCRF 13 – Interesses em empreendimentos conjuntos e interesses em associadas; ou
- (c) A parte for membro do pessoal chave da gestão da entidade ou da sua empresa-mãe.

5.1. Relacionamento com empresas-mãe

A Nordeste Ativo E.M., S.A. é detida em 100% pela Câmara Municipal de Nordeste, contribuinte número 512 042 659, sediada na Praça da República, concelho de Nordeste, sendo as demonstrações financeiras consolidadas na mesma. A empresa-mãe imediata é a controladora final tendo a obrigatoriedade de elaborar demonstrações financeiras que são disponibilizadas para uso público.

As entidades que participam no capital da entidade declarante e as entidades em que a mesma participa apresentam-se, resumidamente, com as seguintes características:

Entidades que participam no capital da empresa declarante

NIF	512 042 659
Denominação	Câmara Municipal de Nordeste
Sede	Praça da República, Nordeste
Participação imediata no capital social - valor	50,000.00 €
Participação imediata no capital social - %	100%
Participação de direitos de voto - %	100%
Data de início da participação no capital da empresa	05-09-2005
É a entidade controladora final?	Sim

Entidades em que a empresa declarante participa

NIF	512 092 095
Denominação	Gedernor - Construção e Gestão de Equipamentos Desportivos e Turísticos do Nordeste, S.A.
Sede	Rua António Alves de Oliveira, 46, Nordeste
Natureza da relação	Associada
Consolidação de Contas do Grupo	Sim
Método de Consolidação de Contas	Método de Equivalência Patrimonial
Capital Próprio	Sem informação financeira
Resultado Líquido do último exercício	Sem informação financeira
Participação imediata no capital social - valor	24,500.00 €
Participação imediata no capital social - %	49%
Participação de direitos de voto - %	49%
Data de início da participação no capital da empresa	23-09-2005

Até à data em que as demonstrações financeiras anexas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão não houve acesso a qualquer informação financeira da participada Gedernor, S.A., atualmente em situação de insolvência.

5.2. Transações entre partes relacionadas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 as transações de natureza comercial e os saldos pendentes com partes relacionadas eram, resumidamente, os que se apresentam:

	Rubrica	Empresa-mãe - CMN	Associada - Gedernor
2021	Serviços Obtidos	-	-
	Serviços Prestados	64.036,58	
	Subsídios à Exploração Obtidos	170.495,54	
	Contas a Pagar Correntes	33.870,00	
	Contas a Receber Correntes	1.037,09	282.013,31
2020	Serviços Obtidos	-	-
	Serviços Prestados	104.035,36	
	Subsídios à Exploração Obtidos	231.357,02	
	Contas a Pagar Correntes	33.870,00	
	Contas a Receber Correntes	5.642,04	282.013,31

No exercício de 2015 foi reconhecida a imparidade dos saldos devedores da Associada Gedernor, S.A. considerando a situação de insolvência em que se encontra. Por decisão da Administração da empresa, aquele ajustamento foi levado a resultados transitados.

6. Ativos Fixos Tangíveis

6.1. Divulgações sobre Ativos Fixos Tangíveis

a) Bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta

Os itens do ativo fixo tangível, classificados para reconhecimento como um ativo, são mensurados pelo seu custo que compreende o preço de compra, após dedução dos descontos e abatimentos, e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida.

Na mensuração após reconhecimento é utilizado o modelo do custo de acordo com o qual os itens do ativo fixo tangível são escriturados pelo seu custo deduzido de qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Métodos de depreciação usados

As depreciações são calculadas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, sendo a quantia depreciável dos ativos fixos tangíveis imputada numa base sistemática pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As depreciações do exercício, no

montante de 173.613,13€ (138.827.503€ em 2020) foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e de amortização”.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho. Para bens de investimento de valor reduzido (inferior a 1.000,00€) assumiu-se a vida útil de um ano.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Terrenos e Recursos Naturais	n/a
Edifícios e Outras Construções	Entre 4 e 50 anos
Equipamento Básico	Entre 4 e 50 anos
Equipamento de Transporte	Entre 4 e 10 anos
Equipamento Administrativo	Entre 3 e 8 anos
Outros Ativos Fixos Tangíveis	Entre 3 e 10 anos

d) Quantia escriturada bruta e depreciações acumuladas. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

	Descrição	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Total
1	Quantia bruta escriturada inicial	184.054,50	2.448.749,04	616.282,09	478.463,62	17.953,10	30.263,11	158.641,67	3.934.407,13
2	Depreciações acumuladas iniciais		361.384,07	354.247,78	456.929,87	17.953,10	26.006,84		1.216.521,66
3	Perdas por imparidade acumuladas iniciais								-
4	quantia líquida escriturada inicial (4=1-2-3)	184.054,50	2.087.364,97	262.034,31	21.533,75	-	4.256,27	158.641,67	2.717.885,47
5	Movimentos do período: (5=5.1-5.2+5.3+5.4+5.5+5.6)	-	- 76.491,16	- 28.319,69	1.539,06	5.237,75	- 1.113,79	-	- 99.147,83
5.1	Total das adições	-	45.866,69	12.725,80	9.520,00	6.396,78	-	28.531,16	103.040,43
Adições	Aquisições em 1.ª mão		45.866,69	12.725,80	9.520,00	6.396,78	-	28.531,16	103.040,43
	Aquisições através de concentrações de actividades empresariais								-
	Outras aquisições								-
	Estimativa de custos de desmantelamento e remoção								-
	Trabalhos para a própria entidade								-
	Acréscimo por revalorização								-
Diminuições	Outras								-
	5.2 Total das diminuições	-	122.357,85	41.045,49	7.980,94	1.159,03	1.113,79	28.531,16	202.188,26
	Depreciações		122.357,85	41.045,49	7.980,94	1.159,03	1.113,79		173.657,10
	Perdas por imparidade								-
	Alienações								-
	Abates								-
Transferências	Outras						28.531,16		28.531,16
	5.3 Reversões de perdas por imparidade								-
	5.4 Transferências de AFT em curso								-
	5.5 Transferências de/para activos não correntes detidos para venda								-
	5.6 Outras transferências								-
6	Quantia líquida escriturada final (6=4+5)	184.054,50	2.010.873,81	233.714,62	23.072,81	5.237,75	3.142,48	158.641,67	2.618.737,64
7	Quantia da garantia de passivos e/ou titularidade restringida								-

As obrigações financeiras por locações de ativos fixos tangíveis são garantidas pela entrega de livrança a favor do Locador, com montante e data de vencimento em branco, ficando o locador com a faculdade de proceder ao respetivo preenchimento de acordo com o estipulado na Autorização de Preenchimento de Livrança.

À data de relato financeiro a empresa apresentava um saldo de 158.641,67€ (158.641,67€ em 2020) em investimentos em curso discriminado como se apresenta:

i)	Construção da Adutora da Tronqueira	67.737,50€
ii)	Construção de Reservatório na Vila do Nordeste	6.405,62€
iii)	Execução de Estações de Tratamento de Água	30.780,00€
iv)	Redes de drenagem da lomba de Santana	8.300,00€
v)	Saneamento águas residuais de Santo António	12.500,00€
vi)	Saneamento básico/condutas Rua Arraiado da Lomba da Fazenda	3.100,00€;
vii)	Saneamento básico/ Pavimentos da Salga	14.500,00€;
viii)	Saneamento águas residuais domésticas e construção da estação da Vila de Nordeste	6.600,00€
ix)	Aqueduto na Freguesia da Salga	8.718,55€;

O Conselho de Administração continua a manifestar intenção de investimento em cada projeto em curso.

7. Ativos Intangíveis

a) Bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta

Os itens do ativo intangível, classificados para reconhecimento como um ativo, são mensurados pelo seu custo que compreende o preço de compra, após dedução dos descontos e abatimentos, e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições necessárias de funcionamento. Na mensuração após reconhecimento é utilizado o modelo do custo de acordo com o qual os itens do ativo intangível são escriturados pelo seu custo, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

b) Métodos de depreciação usados

A quantia amortizável de um ativo intangível com uma vida finita é imputada numa base sistemática pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado, cessando na data em que o ativo for desreconhecido.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo intangível	Vida útil estimada
Programas de Computador	3 anos
Projetos de desenvolvimento	3 anos

d) Quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada no começo e fim do período e reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as alienações, os abates e as amortizações:

Descrição	Programas de Computador	Projetos de Desenvolvimento	Total
Com vida útil indefinida:			
1 Quantia bruta escriturada inicial			
2 Perdas por imparidade acumuladas			
3 Quantia líquida escriturada final			
Com vida útil finita:			
4 Quantia bruta escriturada inicial	10.266,00	178.210,00	188.476,00
5 Amortizações acumuladas iniciais	10.266,00	118.794,76	129.060,76
6 Perdas por imparidade acumuladas iniciais			
7 Quantia líquida escriturada inicial (7= 4-5-6)		59.415,24	59.415,24
8 Movimentos do período: (8=8.1-8.2+8.3+...+8.6)		(59.415,24)	(59.415,24)
8,1 Total das adições			
8,2 Total das diminuições		59.415,24	59.415,24
Diminuições	Amortizações	59.415,24	59.415,24
	Perdas por imparidade		
	Alienações		
	Abates		
	Outras		
8,3 Reversões de perdas por imparidade			
8,4 Transferências de intangíveis em curso			
8,5 Transferências de/para activos não correntes detidos para venda			
8,6 Outras transferências			
9 Quantia líquida escriturada final (9=7+8)			
10 Quantia da garantia de passivos e/ou titularidade restringida			

8. Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas

8.1 Investimentos em associadas

O investimento na associada Gedernor, S.A. foi, inicialmente, registado pelo seu custo e, posteriormente, por indicação do Conselho de Administração, desreconhecido com reflexo nos capitais próprios na rubrica “ajustamentos em ativos financeiros”, na sequência dos resultados apresentados nos últimos exercícios económicos e, consequentemente, do valor do seu capital próprio. A quota-parte nas perdas foi reconhecida até ao montante do investimento efetuado sem que se tenha reconhecido perdas adicionais uma vez que não se verificaram condições que o justificassem.

Até à data em que as demonstrações financeiras anexas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão não houve acesso a qualquer informação financeira da participada Gedernor, S.A., atualmente em situação de insolvência.

a) Informação sobre as quantias escrituradas e movimentos no período decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial

A participada tem registado resultados líquidos insuficientes sem que outras alterações no seu capital próprio se tenham verificado a ponto de o mesmo se tornar positivo, pelo que não se verificaram quaisquer movimentos no período decorrentes da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, mantendo-se a participação com valor nulo.

9. Inventários

9.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui o preço de compra, o transporte e outros gastos diretamente atribuíveis à respetiva aquisição. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados necessários para realizar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de perdas por imparidade em inventários”. Os inventários são mensurados ao custo médio de aquisição.

9.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas; Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período; Quantia de ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período

Descrição	2021			2020		
	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total
Inventários iniciais	129,76	44.969,12	45.098,88	129,76	43.207,37	43.337,13
Compras	484,67	5.371,15	5.855,82	1.366,62	22.545,16	23.911,78
Reclassificação e regularização de inventários						
Inventários finais	136,71	39.342,06	39.478,77	129,76	44.969,12	45.098,88
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	477,72	10.998,21	11.475,93	1.366,62	20.783,41	22.150,03
Quantias (líquidas) escrituradas de inventários	136,71	39.342,06	39.478,77	129,76	44.969,12	45.098,88

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

10.1 Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contábilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna uma parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade.

10.2 Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria.

a) Cientes

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Nos exercícios de 2021 e 2020 não foram registadas perdas e reversões de imparidade, como se pode verificar no quadro abaixo:

Descrição	2020			2019		
	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	TOTAL	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	TOTAL
Dívidas a receber de clientes	-		-			-
Outras dívidas a receber			-			-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

À data de relato financeiro o saldo de clientes totalizava 92.074,83€ (88.333,69€ em 2020) incluindo clientes de cobrança duvidosa que apresentam os seguintes montantes:

Descrição	Valor
Em mora:	
Há menos de seis meses	
Há mais de seis meses e até doze meses	
Há mais de doze meses e até dezoito meses	
Há mais de dezoito meses e até vinte e quatro meses	
Há mais de vinte e quatro meses	296.966,00
Perdas por imparidade acumuladas	- 296.966,00
TOTAL	-

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa e de depósitos à ordem e a prazo registados pelo seu valor nominal, conforme se apresenta:

Descrição	2021	2020
Caixa e depósitos bancários		
Ativos		
Caixa	198,34	158,49
Depósitos Bancários	107.830,96	145.242,46
Outros Depósitos Bancários		
Total	108.029,30	145.400,95

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

À data de relato financeiro o saldo de fornecedores totalizava 27.314,62€ (24.304,32€ em 2020).

d) Decomposição dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 os instrumentos financeiros apresentavam, resumidamente, a seguinte decomposição:

Descrição	2021				2020		
	Mensurados ao Justo Valor através de resultados	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidades acumuladas	Justo Valor através de resultados	Mensurados ao custo amortizado	Imparidades acumuladas
Activos Financeiros:	3.030,19	146.419,36	-	296.966,00	2.339,18	175.696,42	296.966,00
Clientes		92.074,83		296.966,00		88.333,69	296.966,00
Outros créditos a receber		54.344,53				87.362,73	
Outros investimentos financeiros	3.030,19				2.339,18		
Passivos Financeiros:	-	2.094.850,58	-	-	-	2.268.523,09	-
Fornecedores		27.314,62				24.304,32	
Financiamentos obtidos		1.682.938,33				1.827.498,75	
Outras dívidas a pagar		384.597,63				416.720,02	

e) Outros Investimentos Financeiros

Os montantes incluídos na rubrica de “outros investimentos financeiros” respeitam ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) criado pela Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto e mensurado ao justo valor, com as respetivas variações reconhecidas em resultados na rubrica de “aumentos/ reduções de justo valor”.

Para valorização considerou-se o valor das unidades de participação divulgado pela entidade gestora do fundo assumindo-o como referencial prático para o efeito, à data de 31/12/2021:

Descrição	Entregas FCT	Valor Unitário do Fundo a 31/12/2020	Valorização FCT
Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) até	2.600,24	1,16535	3.030,19
TOTAL	2.600,24		3.030,19

À data de relato financeiro a rubrica de “aumentos/reduções de justo valor” apresentava, resumidamente, a seguinte decomposição:

Descrição	2021		2020	
	Perdas por Redução do Justo Valor	Ganhos por Aumento do Justo Valor	Perdas por Redução do Justo Valor	Ganhos por Aumento do Justo Valor
Outro Investimentos Financeiros:				
Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)		429,95		296,46
Total		429,95		296,46

Considerando que a quantia da eventual valorização gerada pelas aplicações financeiras dos valores do FCT só é considerada gasto/ rendimento para efeitos tributários no momento do reembolso à entidade empregadora, há lugar ao reconhecimento de impostos diferidos que à data de relato financeiro apresentavam a seguinte decomposição:

	2021	2020
Aumento de justo valor	429,95	296,46
Redução de justo valor		
	429,95	296,46
Passivo por Impostos diferidos	- 49,81	- 30,40
Ativo por Impostos diferidos		

f) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo pelo custo. O valor dos empréstimos contraídos e reconhecidos à data do balanço era o que se apresenta:

Descrição	Valor atual do empréstimo		Custos de empréstimos obtidos anuais	Dos quais Juros Suportados
	Corrente	Não Corrente		
Empréstimos genéricos:				
Instituições de crédito e sociedades financeiras	147.895,77	1.535.042,56	41.049,80	35.429,03
Mercado de valores mobiliários				
Participantes de capital:				
Empresa-mãe - suprimentos e outros mútuos				
Outros participantes - suprimentos e outros mútuos				
Dos quais: Empresas participantes				
Subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos				
TOTAL	1.682.938,33		41.049,80	35.429,03
Dos quais: não residentes				

Os movimentos registados no exercício relacionados com o reforço e/ou amortização de financiamentos obtidos foram os que, resumidamente, se apresentam:

Descrição	Quantia escriturada inicial	Reforços	Amortizações	Quantia escriturada final
Empréstimos ao Investimento:				
Santander Totta	68.750,07		9.166,66	59.583,41
Santander Totta	4.957,65		4.957,65	
NB Açores n.º 2371	14.390,02		1.960,80	12.429,22
NBA Fin. n.º 001619000015387	759.824,85		81.770,10	678.054,75
Crédito Agrícola 56068407833 (3950812)	172.959,93		7.741,99	165.217,94
NBA n.º 0770003010	634.235,67		38.325,36	595.910,31
Crédito Agrícola 56070268323	172.380,56		637,86	171.742,70
Total	1.827.498,75		144.560,42	1.682.938,33

De acordo com a Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal com referência a 31 de dezembro de 2021 o valor das garantias prestadas, por instituição bancária era de:

- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores, CRL 165.388,94€;
- Novo Banco dos Açores 15.000€

A garantia apresentada no Novo Bancos dos Açores está associada ao prestador de serviço EUROSCUT.

10.3 Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização

Em 31 de dezembro de 2021 o capital da entidade, totalmente subscrito e realizado, no valor de 50.000,00€ era composto por cinquenta mil ações ordinárias com o valor nominal de um euro cada.

1) Reserva Legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual positivo tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que a mesma represente 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2021 a reserva legal ascendia a 2.776,34€ (2.776,34€ em 2020).

11. Custos dos Empréstimos Obtidos

11.1. Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos

Os custos com empréstimos obtidos, apurados de acordo com a taxa de juro efetiva, são reconhecidos como gasto na demonstração de resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo.

11.2. Quantia de custos de empréstimos obtidos anual suportada

No período de relato financeiro os custos anuais suportados com financiamentos obtidos, reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam na rubrica “Juros e gastos similares suportados” de acordo com o pressuposto do acréscimo, foram os que se apresentam:

Descrição	2021	2020
Juros Suportados	35.429,03	51.594,06
Outros Gastos de Financiamento	5.620,77	12.635,42
Total	41.049,80	64.229,48

12. Locações

12.1. Locações financeiras

a) Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de ativo.

À data do relato financeiro, a quantia escriturada líquida de cada categoria de ativo adquirido em regime de locação decompõe-se da seguinte forma:

Quantia escriturada	Activos Fixos Tangíveis
Quantia bruta escriturada inicial	11.040,13
Depreciações acumuladas	11.040,13
Perdas por imparidades e reversões	
Quantia líquida escriturada final	-

b) Reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente para cada um dos seguintes períodos:

	Pagamentos futuros	Activos Intangíveis	Activos Fixos Tangíveis	Total
5	Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço:			
5	Até um ano			
5	De um a cinco anos			
5	Mais de cinco anos			
6	Valor presente do total dos futuros pagamentos mínimos da locação:			
6	Até um ano			
6	De um a cinco anos			
6	Mais de cinco anos			
7	Rendas contingentes reconhecidas como gasto do período			
8	Total dos futuros recebimentos mínimos de sublocação à data do balanço			
9	Valor dos pagamentos reconhecidos como gastos do período			

c) Responsabilidades refletidas na demonstração da posição financeira da entidade.

Em 31 de dezembro de 2021 não há relativas a locações financeiras.

13. Rédito

13.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito, incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela entidade, não incluindo impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do relato financeiro.

Os restantes rendimentos são registados de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

13.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período.

O rédito reconhecido pela entidade nos exercícios de 2021 e 2020 detalha-se como se apresenta:

Rubricas	2021	2020
Vendas		
Água	293.150,75	292.331,47
Valorização Resíduos		
Artigos Posto Turismo	957,82	672,96
Diversos		918,27
Serviços		
Resíduos Sólidos	128.281,10	108.241,40
Tarifa Disponibilidade	108.331,60	83.076,24
Deposição Resíduos		
Outros Serviços	19.916,58	23.710,28
TOTAL	550.637,85	508.950,62

14. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

14.1. Passivos contingentes à data do Balanço

No decurso do exercício de 2014 a entidade tornou público, de harmonia com a deliberação do Conselho de Administração, que iria proceder à alienação e arrematação em Hasta Pública da participação social, correspondente a 49%, de que é titular na empresa Gedernor – Construção e Gestão de Equipamentos Desportivos, Recreativos e Turísticos do Nordeste, S.A.

Em 28 de janeiro de 2015 a Gedernor – Construção e Gestão de Equipamentos Desportivos, Recreativos e Turísticos do Nordeste, S.A. apresenta a sentença de declaração de insolvência e nomeia o administrador judicial no processo de insolvência. Contudo, por decisão do Conselho de Administração, tendo por base o seu melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como a experiência adquirida até então, no exercício de 2014 não foram considerados créditos de cobrança duvidosa.

Em 2015 os saldos da Gerdernor, S.A., cliente c/c (280.637,86€) foram considerados de cobrança duvidosa, tendo sido reconhecida a respetiva imparidade a 100% através de resultados transitados, de acordo com a decisão do Conselho de Administração.

15. Subsídios do Governo e Apoios do Governo

15.1. Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando haja segurança de que a entidade cumprirá as condições a eles associadas e os mesmos serão, efetivamente, recebidos.

Os subsídios do Governo são reconhecidos como rendimentos numa base sistemática durante o período necessário para serem “balanceados” com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis são, inicialmente, contabilizados no capital próprio. Subsequentemente, os subsídios relacionados com ativos depreciables são imputados como rendimentos durante a vida do ativo, os subsídios relacionados com ativos não depreciables são mantidos no capital próprio, a menos que se reconheça uma perda por imparidade do ativo, sendo, neste caso, transferidos para rendimentos pela parcela necessária para compensar a perda por imparidade.

A contabilização dos subsídios do Governo no capital próprio implica o reconhecimento de um ajustamento em subsídios, no montante correspondente ao imposto a que estarão sujeitos quando reconhecido o rendimento, evitando, desta forma, uma distorção do capital próprio. Este ajustamento é debitado diretamente no capital próprio por contrapartida de uma conta de credores diversos, conforme entendimento da Comissão de Normalização Contabilística, de abril de 2013. Assim sendo, à data de 31 de dezembro de 2021 e de 31 de dezembro de 2020 a entidade apresentava os seguintes montantes de subsídios ao investimento e respetivo ajustamento:

	2021	2020
Subsídios ao Investimento	1.444.573,87	1.550.462,22
Ajustamentos em Subsídios	- 234.020,97	- 283.734,59
Total de "Outras variações no capital próprio"	1.210.552,90	1.266.727,63

De acordo com a redação da Lei n.º 82 B/2014, de 31 de dezembro, a taxa de IRC passa a ser de 21% com uma redução de 20% aplicável à RAA e prevista no artigo 31.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2014/A

que altera o Decreto Legislativo Regional n.º 2/99/A, de 20 de janeiro. Desta forma, os ajustamentos em subsídios foram reconhecidos à taxa de 16,80%, aplicável a partir de 1 de janeiro de 2015.

15.2. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente a entidade beneficiou.

A entidade tem vindo a beneficiar de subsídios atribuídos ao abrigo do Proconvergência que são reconhecidos nas demonstrações financeiras com o detalhe que se apresenta:

Descrição		Subsídios do Estado e outros entes públicos		Saldo Final
		Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período	
1	Subsídios relacionadas com activos/ao investimento (1=1.1+1.2+1.3)	1.548.259,15	103.685,28	1.444.573,87
1,1	Activos fixos tangíveis (1.1=1.1.1+1.1.2+...+1.1.7)	1.548.259,15	103.685,28	1.444.573,87
1.1.1	Terrenos e recursos naturais	25.500,00		25.500,00
1.1.2	Edifícios e outras construções	1.344.954,29	77.795,28	1.267.159,01
1.1.3	Equipamento básico	177.804,86	25.890,00	151.914,86
1.1.4	Equipamento de transporte			
1.1.5	Equipamento administrativo			
1.1.6	Equipamentos biológicos			
1.1.7	Outros			
2	Subsídios relacionados com rendimentos/à exploração		170.495,54	
3	Valor dos reembolsos no período respeitantes a: (3=3.1+3.2)			
3,1	Subsídios relacionados com activos ao investimento			
3,2	Subsídios relacionados com rendimentos/à exploração			
4	TOTAL (4=1+2+3)	1.548.259,15	274.180,82	1.444.573,87

Foi registado no exercício de 2021 um subsídio à exploração no valor de 170.495,54€, concedido pelo Município de Nordeste.

16. Acontecimentos após a Data do Balanço

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão a 9 de março de 2022.

Nestes termos e dado que não houve alteração de circunstâncias, mantêm-se os pressupostos de fato que levaram à inclusão desta nota no Anexo às demonstrações financeiras do exercício de 2021.

17. Imposto sobre o Rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da entidade dos anos de 2018 a 2021 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração da entidade entende que as correções resultantes de eventuais revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras apresentadas.

A entidade é tributada através do regime geral de tributação sendo a estimativa de imposto sobre o rendimento registada nas suas demonstrações financeiras com base nos seus resultados fiscais. À data de relato a taxa de imposto é aplicada de acordo com o artigo 87.º do CIRC, com uma redução de 20% de acordo com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2014/A, de 29 de janeiro, que altera o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/99/A, de 20 de janeiro, portanto, uma taxa de 16,8% considerando que a entidade não é qualificada como pequena ou média empresa, nos termos previstos no anexo ao Decreto-Lei n.º 372/207, de 6 de novembro.

17.1. Divulgação separada dos principais componentes de gasto (rendimentos) de impostos.

O gasto de imposto (rendimento de imposto) é a quantia agregada incluída na determinação do resultado líquido do período respeitante a impostos correntes e impostos diferidos sendo que, impostos correntes dizem respeito à quantia a pagar (a recuperar) de impostos sobre o rendimento respeitantes ao lucro (perda) tributável de um período, e impostos diferidos dizem respeito à quantia decorrente da existência de diferenças entre a quantia escriturada de um ativo ou de um passivo no balanço e a sua base de tributação.

Descrição	Valor
Resultado contabilístico do período	2.094,33
Imposto corrente do período	1.435,65
Coleta	1.272,28
Tributações autónomas	33,55
Derrama	129,82
Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão de diferenças temporárias	69,65
Imposto sobre o rendimento do período	1.505,30
Taxa efectiva de imposto sobre o rendimento	71,88%

17.2. Relacionamento entre gasto (rendimentos) de impostos e lucro contabilístico

A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e o imposto sobre o rendimento registado na demonstração dos resultados é como segue:

Resultado contabilístico do período	2.094,33
Diferenças permanentes:	6.560,65
Diferenças temporárias:	
Resultado fiscal (a)	8.654,98
Dedução de Prejuízos (b)	-
Matéria coletável (c)	8.654,98
Coleta (d)	1.272,28
Impostos Diferidos (e)	69,65
Tributação Autónoma (f)	33,55
Derrama (g)	129,82
Imposto registado na demonstração de resultados	1.505,30

O resultado fiscal é o resultado de um período determinado de acordo com as regras estabelecidas pelas autoridades fiscais sobre o qual são pagos impostos sobre o rendimento:

(a)

Resultado contabilístico do período	2.094,33
Diferenças permanentes:	6.560,65
Diferenças temporárias:	
Resultado Fiscal	8.654,98

De acordo com o art.º 52.º do CIRC a entidade pode deduzir ao lucro tributável os prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores, dedução que não pode exceder o montante correspondente a 70% do respetivo lucro tributável:

(b)

Prejuízos Fiscais dedutíveis	-
Resultado Fiscal	8.654,98
70% do Resultado Fiscal	6.058,49
Prejuízos Fiscais deduzidos	-
Matéria coletável	8.654,98

Quando haja prejuízos fiscais dedutíveis, a matéria coletável resulta da dedução de prejuízos fiscais ao resultado tributável:

(c)

Resultado Fiscal	8.654,98
Prejuízos Fiscais deduzidos	-
Matéria Coletável	8.654,98

A coleta corresponde ao resultado do produto da taxa de imposto aplicável pela matéria coletável apurada.

(d)

8.654,98 * 0,21 * 0,70	1.272,28
Coleta apurada	1.272,28

A aplicação do justo valor ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica o reconhecimento de impostos diferidos uma vez que a quantia da eventual valorização gerada pelas aplicações financeiras dos valores do FCT só é considerada rendimento para efeitos tributários no momento do reembolso à entidade:

(e)

Ganhos por Aumentos de Justo Valor reconhecidos no exercício	429,95
Perdas por Redução de Justo Valor reconhecidos no exercício	
Taxa nominal de imposto + Taxa de derrama	14,7% + 1,5%
	69,65

As tributações autónomas têm a seguinte decomposição:

(f)

Despesas Representação	-
Taxa de tributação autónoma	0,07
Gastos com Viat.Lig. Passageiros superior a €25.000,00 inferior a €35.000,00	174,30
Taxa de tributação autónoma	0,19
Despesas não documentadas	-
Taxa de tributação autónoma	0,35
	33,64

A entidade está também sujeita e não isenta ao imposto da Derrama de 1.5%, aplicável a sujeitos passivos sediados no concelho de Nordeste e com um volume de negócios superior a €150.000,00, incidindo sobre o lucro tributável apurado no exercício:

(g)

Resultado tributável do período	8.654,98
Taxa de derrama	1,50%
	129,82

Os impostos diferidos ativos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias. Os ativos por impostos diferidos não foram reconhecidos pela entidade aquando do apuramento de prejuízos fiscais por não existirem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros, suficientes para a sua utilização.

18. Benefícios dos Empregados

O número médio de pessoas ao serviço da entidade no decorrer do exercício e as respetivas horas trabalhadas no ano de 2021 foram as que se apresentam:

Descrição	Número médio de pessoas	Número de horas trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas	20	33.600
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa	20	33.600
Pessoas não remuneradas ao serviço da empresa		
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário		
Pessoas ao serviço da empresa a tempo completo	18	33.600
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo completo	20	33.600
Pessoas ao serviço da empresa a tempo parcial		
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo parcial		
Pessoas ao serviço da empresa, por sexo:		
Homens	16	26.880
Mulheres	4	6.720
Pessoas ao serviço da empresa, das quais:		
Pessoas ao serviço da empresa, afectas à investigação e desenvolvimento		
Prestadores de serviços		
Pessoas colocadas através de agências de trabalho temporário		

Os gastos com pessoal nos exercícios de 2021 e 2020 repartem-se de acordo com as seguintes rubricas:

Descrição	2021	2020
Gastos com pessoal	333.941,04	320.750,33
Remunerações dos órgãos sociais		
Das quais: participação nos lucros		
Remunerações do pessoal	262.322,89	253.000,99
Das quais: participação nos lucros		
Benefícios pós-emprego		
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	59.105,68	55.701,45
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	4.098,01	3.011,29
Gastos de acção social	7.063,12	7.768,25
Outros gastos com pessoal	1.351,34	1.268,35
Dos quais:		
Gastos com formação	501,70	
Gastos com fardamento	849,64	470,55

19. Outras Informações

19.1. A proposta de aplicação de resultados ou, se aplicável, a aplicação dos resultados.

A administração propõe que o resultado líquido positivo no valor de 589,02€ seja transferido para a rubrica de resultados transitados.

19.2 Outras divulgações (divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados).

a) Outros Créditos a Receber e outras dívidas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 as rubricas de “Outros créditos a receber” e de “Outras dívidas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

	2021	2020
Outros créditos a receber	54.344,53	87.362,73
Fornecedores C/C	101,08	101,08
Devedores por acréscimos de rendimentos	1.344,60	-
Devedores diversos	52.898,85	87.261,65
Pessoal		
Outras dívidas a pagar	384.597,63	416.720,02
Fornecedores de investimentos	60.816,89	45.051,40
Credores diversos	260.010,23	309.723,85
Credores por acréscimos de gastos	63.762,48	61.930,18
Pessoal	8,03	14,59

b) Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 as rubricas “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2021	2020
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	379,34	114,97
Pagamento por Conta	1.815,00	2.202,00
Pagamento Especial por Conta	-	-
Estimativa de imposto	- 1.435,66	- 2.087,03
Retenção na fonte por terceiros		
Retenção na fonte a terceiros	- 856,89	- 706,11
Imposto sobre o valor acrescentado	14.828,81	14.289,18
Contribuições para a Segurança Social	- 6.081,74	- 5.552,26
Contribuições para o FCT	- 50,22	- 48,65
TOTAL ATIVO	16.643,81	16.491,18
TOTAL PASSIVO	- 8.424,51	- 8.394,05

À data de relato financeiro a entidade tinha a sua situação tributária e situação contributiva regularizadas.

c) Diferimentos Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 as rubricas do ativo e passivo correntes “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	2021	2020
Gastos a reconhecer	2.180,94	1.400,61
Seguros antecipados	793,73	458,09
Outros	1.387,21	942,52
Rendimentos a reconhecer	-	-
Outros	-	-

d) Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 as rubricas de fornecimentos e serviços externos apresentavam a seguinte decomposição:

Rubrica	2021	2020
Subcontratos	61.053,64	57.500,88
	89.475,15	86.373,97
Trabalhos Especializados	29.880,06	37.265,28
Publicidade e Propaganda	399,14	982,00
Vigilância e Segurança	188,28	832,16
Honorários	7.800,06	7.866,72
Conservação e Reparação	41.453,47	30.383,58
Serviços Bancários	3.613,14	2.515,00
Outros Serviços Especializados	-	408,31
Taxas ERSARA	6.141,00	6.120,92
	1.799,37	2.323,05
Livros e Documentação Técnica	423,40	440,14
Ferramentas e utensílios Desgaste Rápido	12,85	
Material de Escritório	1.363,08	1.554,91
Artigos para Oferta		50,00
Outros Materiais	0,04	278,00
	31.974,01	26.688,47
Electricidade	3.075,87	2.307,61
Combustíveis	28.898,14	24.163,56
Outros Energias e Fluidos		217,30
	12.662,22	11.798,46
Rendas e Alugueres		307,74
Comunicação	6.300,35	6.481,49
Seguros	3.586,10	3.629,09
Contencioso e Notariado	1.578,45	281,50
Despesas de Representação	-	99,20
Limpeza, Higiene e Conforto	447,89	744,54
Outros	749,43	254,90
Outros Serviços		
TOTAL	196.964,39	184.684,83

e) Outros rendimentos

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 apresenta-se como se segue:

Rubrica	2021	2020
Rendimentos suplementares	1.390,20	17.921,17
Excesso da Estimativa de Imposto	0,43	
Correções relativas a períodos anteriores	17,00	69,52
Imputação de subsídios p/Investimento	103.685,28	59.855,11
Outros não especificados	4,40	0,09
TOTAL	105.097,31	77.845,89

f) Outros gastos

A decomposição da rubrica de “Outros gastos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 apresenta-se como se segue:

Rubrica	2021	2020
Impostos indiretos	1.086,19	1.119,22
Taxas	30,00	30,00
Correcções relativas a períodos anteriores	6.967,79	3.951,18
Multas e penalidades	3,63	11,10
Outros não especificados	19,18	15.744,62
TOTAL	8.106,79	20.856,12

g) Juros e gastos similares suportados

Os juros e gastos similares suportados dizem respeito a juros de financiamentos obtidos que, nos exercícios de 2021 e 2020, ascenderam a 41.049,80€ e 64.229,48€, respetivamente.

h) Capital Próprio

Descrição	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Capital	50.000,00			50.000,00
Reservas	2.776,34	-	-	2.776,34
Reservas legais	2.776,34			2.776,34
Outras reservas				-
Resultados transitados	- 413.660,47		5.417,48	- 408.242,99
Ajustamentos em activos financeiros	- 24.500,00			- 24.500,00
Outras variações no capital próprio	1.266.727,63	105.995,95	49.821,22	1.210.552,90
Subsídios	1.266.727,63	105.995,95	49.821,22	1.210.552,90
Resultado líquido do período	5.417,48	5.417,48	589,02	589,02
Total	886.760,98	111.413,43	55.827,72	831.175,27

20. Divulgações adicionais para as Entidades a que se referem a alínea h) do n.º 1 do artigo 2º e o n.º 4 do artigo 9º, ambos do Decreto-lei n.º 98/2015, de 2 de junho

20.1 O volume de negócios líquido discriminado por categorias de atividade e mercados geográficos, na medida em que essas categorias e mercados difiram entre si de forma considerável, tendo em conta as condições em que a venda de produtos e a prestação de serviços são organizadas.

a) Informação por Atividades Económicas

A entidade encontra-se registada na Classificação das Atividades Económicas Rev.3 com os códigos 36001 – Captação e Tratamento de Água, como atividade principal, 38112 – Recolha de Outros Resíduos não Perigosos, 84123 – Administração Pública Atividades de Cultura, Desporto, Recreativas, Ambiente, Habitação e de Outras Atividades Sociais, exceto Segurança Social obrigatória e 93294 – Outras Atividades de Diversão e Recreativas, discriminando-se a atividade económica de 201 por CAE conforme se apresenta:

	Descrição	CAE Rev. 36001	CAE Rev. 38112	CAE Rev. 84123/ 93294	Total
1	Vendas	293.155,92	-	952,65	294.108,57
1,1	Mercadorias	293.155,92		952,65	294.108,57
2	Prestações de serviços	116.442,58	140.086,70		256.529,28
3	Compras	5.371,15		484,67	5.855,82
4	Fornecimentos e serviços externos	58.702,28	104.443,58	33.818,53	196.964,39
5	CMVMC	10.998,21	-	477,72	11.475,93
5,1	Mercadorias			477,72	477,72
5,2	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	10.998,21			10.998,21
7	Número médio de pessoas ao serviço	7,00	7,00	6,00	20,00
8	Gastos com o pessoal	125.520,48	96.083,57	112.336,99	333.941,04
8,1	Remunerações	96.762,19	78.847,96	86.712,74	262.322,89
8,2	Outros (inclui pensões)	28.758,29	17.235,61	25.624,25	71.618,15
9	Activos fixos tangíveis:				-
9,1	Quantia escriturada líquida final	2.236.717,44	196.703,70	185.316,50	2.618.737,64
9,2	Total de aquisições	84.590,15	12.053,50	6.396,78	103.040,43
9,3	Das quais: em edifícios o outras construções			-	-
9,4	Adições no período de ativos em curso	28.531,16	-	-	28.531,16
10	Propriedades de investimento:				-
10	Quantia escriturada líquida final				-
10	Total de aquisições				-
10	Das quais: em edifícios o outras construções				-
10	Adições no período de propriedades de investimentos em curso				

b) Informação por Mercados Geográficos

	Descrição	Interno
1	Vendas	294.108,57
2	Prestações de serviços	256.529,28
3	Compras	5.855,82
4	Fornecimentos e serviços externos	196.964,39
5	Aquisições de activos fixos tangíveis	103.040,43
6	Aquisições de propriedades de investimento	
7	Aquisições de activos intangíveis	
8	Rendimentos suplementares	1.390,20
8,5	Outros	1.390,20
9	Por memória: Vendas e prestações de serviço (valores não descontados)	
10	Por memória: Compras e FSE (valores não descontados)	

3.2. Os honorários totais faturados durante o período por cada revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas relativamente à revisão legal das demonstrações financeiras anuais, e os honorários totais faturados por cada revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas relativamente a outros serviços de garantia de fiabilidade, a título de serviços de consultoria fiscal e de outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria, ou indicação de que essa informação se encontra incluída nas notas do Anexo consolidado da sua empresa-mãe.

a) Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais faturados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 pelo Revisor Oficial de Contas relacionados com a revisão legal das contas anuais ascenderam a 4.733,82€.

A Contabilista Certificada

O Conselho de Administração

Marina Viveiros Cabral
NIF: 229643825
CC n.º 87693

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

**PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE O RELATÓRIO DO CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021**

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da NORDESTE ATIVO E.M., S.A., que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2021 (que evidencia um total de 2.934.520 euros e um total de capital próprio de 831.175 euros, incluindo um resultado líquido de 589 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da NORDESTE ATIVO E.M., S.A. em 31 de Dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

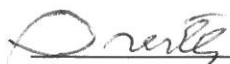
O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Ponta Delgada, 10 de Março de 2022



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da NORDESTE ATIVO E.M., S.A., que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2021 (que evidencia um total de 2.934.520 euros e um total de capital próprio de 831.175 euros, incluindo um resultado líquido de 589 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da NORDESTE ATIVO E.M., S.A. em 31 de Dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Ponta Delgada, 10 de Março de 2022



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº520)